



Relatório de Governança Corporativa | 02.2026

Relatório Trimestral de Governança Corporativa do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM de acordo com Manual do Pró-Gestão RPPS versão 4.1

Superintendente:

João Batista de Santiago

Chefe de Gabinete:

Ana Paula Rezzutti Rossi Figueiredo

Membros do Controle interno:

Ana Paula Rezzutti Rossi Figueiredo

Consuelo Pereira dos Santos

Vanessa Silveira Paulino

Áreas Participantes:

Coordenadoria de Administração e Finanças

Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional

Coordenadoria de Gestão de Benefícios

Coordenadoria de Gestão de Investimentos

Assessoria Técnica Previdenciária



Sumário

1. Introdução	3
1.1 Apresentação	3
1.2 OBJETIVO E PERÍODO DE ABRANGÊNCIA	8
2. Plano anual de trabalho	9
3. Gestão dos investimentos	16
4. Evolução da situação atuarial	32
5. Dados dos segurados	49
6. Receitas e despesas.....	51
7. Atividades dos órgãos colegiados.....	57
8. Atividades institucionais.....	61
8.1 Gestão orçamentária e financeira	61
8.2 Gerenciamento dos contratos	71
8.3 Gestão do site da transparência.....	74
8.4 Gestão do passivo Judicial.....	76
9. canais de atendimento	78
10. Considerações finais.....	81



1. INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

O Instituto de Previdência Municipal de São Paulo é a autarquia responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos do Município de São Paulo. Sua atividade principal consiste na análise, administração, manutenção e concessão dos benefícios previdenciários dos servidores, bem como dos seus respectivos pagamentos. A missão e a visão do Instituto estão descritas a seguir.

Missão do Instituto: “Garantir os benefícios previdenciários, de forma justa e digna, aos servidores públicos municipais e seus dependentes de direito, além de zelar pela governabilidade, solidariedade e sustentabilidade financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Paulo.”

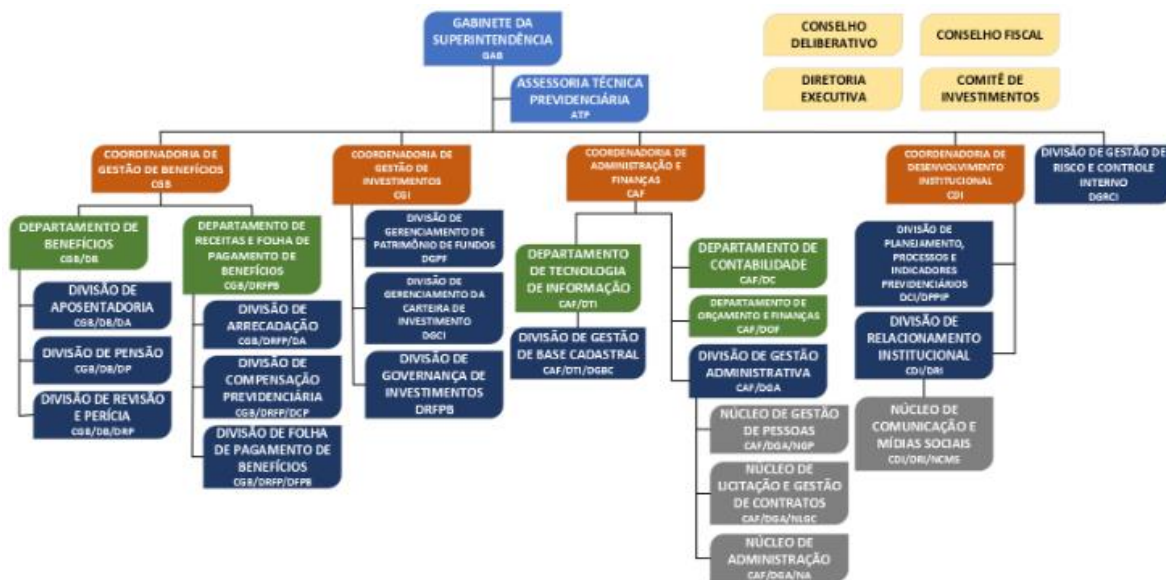
Visão: “Ser a instituição de referência na gestão de sistemas previdenciários.”

Valores: “Manter um relacionamento proativo, transparente, ético e de parceria com segurados e beneficiários, garantindo atendimento eficiente e eficaz. Promover melhoria da qualidade de vida dos beneficiários. Buscar o aprimoramento, a atualização e racionalização dos processos e ferramentas de trabalho, bem como fomentar um ambiente organizacional justo, solidário, produtivo e eficiente. Manter a tradição inovadora do Instituto, a partir de evolução contínua e sustentável em prol dos segurados e seus dependentes de direito.”



Para cumprir sua missão, o Instituto conta com uma estrutura organizacional representada no organograma a seguir:

Estrutura Organizacional do IPREM



De acordo com o Decreto nº 62.556/2023 e Portarias IPREM nº 16/2024 e nº 61/2025

A estrutura organizacional facilita o entendimento dos processos e viabiliza uma adequada segregação de atividades, evitando que um único agente tenha autoridade completa sobre parcela significativa de determinada transação, reduzindo assim os riscos envolvidos.

Ademais, do ponto de vista da governança, é possível visualizar na estrutura a presença dos órgãos colegiados, que assumem as responsabilidades pela gestão da organização. Segue uma breve descrição das responsabilidades dos presentes na estrutura organizacional do IPREM:

- O **Conselho Deliberativo** é o órgão responsável por deliberar sobre as diretrizes estratégicas do Instituto. Além disso, compete a esse colegiado monitorar os trabalhos do Superintendente, atuando como elo entre este e os segurados do RPPS. A existência do Conselho Deliberativo



é um dos pilares da governança corporativa e está voltado ao alcance da máxima transparência e segurança das decisões.

- O **Conselho Fiscal** é parte integrante do sistema de governança, atuando de forma independente, fora da linha decisória. Tem como objetivo examinar, acompanhar e fiscalizar a administração do RPPS, no que tange aos seus deveres legais, de controles internos e *compliance*, conforme descrito em regimento específico.
- O **Comitê de Investimentos** é um órgão permanente de assessoramento e consulta, participante do processo decisório relativo à formulação, execução e avaliação da política de investimentos. Compete-lhe, ainda, avaliar as proposições de alterações relevantes na alocação de recursos a serem apresentadas aos órgãos deliberativos.
- A **Diretoria Executiva** é o órgão de administração com a finalidade de executar as políticas e diretrizes previdenciárias do Município de São Paulo, disseminar uma sólida cultura organizacional e constante valorização dos funcionários, proteger e valorizar o patrimônio, buscando o constante aprimoramento e traçando diretrizes para organização.

No 2º trimestre de 2026 a composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, do Comitê de Investimentos e da Diretoria Executiva dentro desta estrutura organizacional do IPREM era a seguinte:



CONSELHO DELIBERATIVO

Membros	Eleito ou Indicado	Titular ou Suplente
Everaldo Guedes de Azevedo França*	Indicado	Titular
Lisandra Cristiane Gonçalves	Indicada	Titular
Marcelo Gonzalez	Indicado	Titular
Fabricio Augusto dos Santos Reis	Indicado	Titular
Leticia Grisolio Dias	Eleita	Titular
Rafael Rodrigues Aguirrezabal	Eleito	Titular
Ejivaldo do Espírito Santo	Eleito	Titular
Rosana Capputi Borges	Eleita	Titular
Ricardo Figueiredo Veiga	Eleito	Suplente
Eni Pereira de Souza	Eleita	Suplente
Luis Martins Guerra	Eleito	Suplente
Mario de Assis Gonzaga	Eleito	Suplente

*Presidente do Conselho Deliberativo.

CONSELHO FISCAL

Membros	Eleito ou Indicado	Titular ou Suplente
Luiz Antonio Carvalho Pacheco	Indicado	Titular
Juarez Nunes Mota	Indicado	Titular
Maria Izabel Canavese	Indicada	Titular interina
Izabella Neves Tominaga*	Eleita	Titular
Paulo Silvio Ferreira	Eleito	Titular
Dalva de Oliveira Limite	Eleita	Titular
Aldo Cuomo	Eleito	Suplente
Marcos Antônio Gomes de Freitas	Eleito	Suplente

*Presidente do Conselho Fiscal.

**COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

Membros	Gestor, eleito ou Indicado	Titular ou Suplente
ADOLFO CASCUDO RODRIGUES	Indicado	Titular
CLODOALDO PELIZZONI**	Indicado	Titular
HENRIQUE DE CASTILHO PINTO*	Indicado	Titular
MAX DA SILVA BANDEIRA	Indicado	Titular
ROSISTER FATIMA VAZ OLIVEIRA	Indicado	Titular

*Presidente do Comitê de Investimentos. **Falecido em 09/06/2026

DIRETORIA EXECUTIVA

Membro	Titular ou Substituto
João Batista de Santiago	Titular
Ana Paula Rezzutti Rossi Figueiredo	Titular
Adriana Nepomuceno Guido	Titular
Fabiana Nunes de Almeida	Titular
Valéria Aparecida Catossi Madeira	Titular
Andrey Vital Teodoro	Substituto

Composição da Diretoria Executiva no final do 2º trimestre

Cabe ressaltar que, ao longo do trimestre, ocorreram alterações na composição da Diretoria Executiva devido a mudanças no quadro funcional. Em abril, houve a alteração na Superintendência, assumida por João Batista de Santiago, em substituição à Sra. Márcia Regina Ungarete. No mês de maio, a Coordenadora de Desenvolvimento Institucional, Sra. Adriana Nepomuceno Guido, retornou de licença maternidade e férias.

No âmbito dessa estrutura organizacional, voltada à operacionalização de seus processos, o IPREM contava, em junho de 2026, com 101 (cento e um) servidores. O quadro a seguir apresenta a distribuição desses servidores por tipo de vínculo:



QUADRO DE PESSOAL IPREM	
DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	QUANTIDADE
SERVIDORES EFETIVOS	58
SERVIDORES EXCLUSIVAMENTE OCUPANTES DE CARGO EM COMISSÃO	35
SERVIDORES ADMITIDOS - LEI Nº 9.160/80	1
SERVIDORES REQUISITADOS (OUTROS ÓRGÃOS DA PMSP)	7
TOTAL	101

* Considerando o total de servidores, 5 estão cedidos para outros órgãos, sendo 4 Efetivos e 1 Admitido (3-TCMSP e 2-CMSP).

** Requisitados: 3-SF, 1-SEGES, 1-SVMA, 1-SMADS, 1-SMUL

Neste segundo trimestre, o Instituto registrou a exoneração de 5 (cinco) servidores exclusivamente comissionados. Ressalta-se, ainda, que o IPREM conta atualmente com 18 (dezoito) servidores efetivos em abono de permanência.

1.2 OBJETIVO E PERÍODO DE ABRANGÊNCIA

O principal objetivo do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo – IPREM-SP na elaboração do presente Relatório é apresentar as diversas informações gerenciais listadas abaixo, além de ser uma das exigências para manutenção da certificação do Programa Pró-Gestão RPPS.

- os dados dos segurados, receitas e despesas;
- evolução da situação atuarial;
- gestão dos investimentos;
- publicação das atividades dos órgãos colegiados;
- atividades institucionais (gestão de pessoal, gestão orçamentária e financeira, gerenciamento dos contratos, entre outros);
- canais de atendimento.

O período de abrangência deste documento é o **2º trimestre de 2026**, em conformidade com as disposições do Manual de Pró-Gestão RPPS, no nível IV de aderência (versão 4.1, publicada em 14/04/2026), bem como com os princípios da governança corporativa.



Para a concepção deste relatório foi realizada a análise de documentos e de informações prestadas pelos colaboradores e dirigentes do Instituto sobre a operacionalização e o processo decisório ocorridos no período de abril a junho de 2026.

2. PLANO ANUAL DE TRABALHO

No segundo trimestre de 2026, a Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional (CDI), por meio da atuação integrada da Divisão de Planejamento, Processos e Indicadores Previdenciários (DPPIP) e da Divisão de Relacionamento Institucional (DRI), deu continuidade às ações previstas no Plano Anual de Trabalho, com foco no fortalecimento da governança, da gestão estratégica e do relacionamento institucional. Destacaram-se o acompanhamento do Planejamento Estratégico e Executivo, com monitoramento das metas institucionais e validação das evidências apresentadas pelas áreas; o avanço do projeto Banco de Indicadores, com a realização do evento de acolhimento, desenvolvimento de instrumentos para coleta de dados e início do mapeamento técnico dos indicadores; e a evolução do Programa de Sucessão, com a conclusão do Plano de Ação e o início da atualização dos manuais e fluxos institucionais. Foram promovidas ações voltadas ao fortalecimento do relacionamento institucional e da educação previdenciária, a realização de eventos institucionais, treinamento para lideranças com foco em saúde mental, produção de *videocasts* para ampliação da comunicação institucional e a realização da IV edição do Seminário da Longevidade, reforçando o compromisso do IPREM com a promoção do envelhecimento ativo, da qualidade de vida e da disseminação de informações previdenciárias.

AÇÕES DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO, PROCESSOS E INDICADORES PREVIDENCIÁRIOS (DPPIP)

A Divisão de Planejamento, Processos e Indicadores Previdenciários (DPPIP) realizou o acompanhamento mensal das diretrizes do Planejamento Estratégico e Executivo, com foco no monitoramento da evolução das



metas estabelecidas. Também realizou o evento de apresentação do projeto Banco de Indicadores, com o objetivo de apresentar a iniciativa atualmente em implementação na Coordenadoria de Gestão de Benefícios (CGB) e deu continuidade ao Programa de Sucessão, por meio da execução das ações previstas em seu cronograma.

- **Planejamento Estratégico e Executivo:** Ao longo do último trimestre, a gestão do Planejamento Estratégico e Executivo concentrou-se no acompanhamento contínuo dos resultados. Esse processo envolveu contato frequente com as demais coordenadorias, garantindo o alinhamento sobre o andamento das metas, a validação das evidências e a consistência das notas explicativas. A fim de viabilizar o cumprimento das entregas, no mês de junho foi estruturado um cronograma personalizado para a CGB. Essa adequação foi necessária para ajustar os prazos à realidade operacional da área, assegurando a fluidez das atividades e o suporte necessário para o alcance dos objetivos, que demandavam um fluxo diferenciado em relação ao cronograma geral.

- **Banco de Indicadores:** No último trimestre, o projeto avançou na estruturação de cronogramas e nas ações de comunicação, com o envio da pílula informativa e o relatório de status. O grande destaque do período foi a realização do evento de acolhimento, um marco estratégico que reuniu cerca de 50 (cinquenta) servidores e colaboradores com o propósito de unificar as frentes de trabalho e fortalecer o engajamento de todas as áreas envolvidas. Dando continuidade ao planejamento do projeto, foram desenvolvidos formulários de coleta de dados específicos para diretores e coordenadores, além da criação do mapa de indicadores, priorizados por criticidade para subsidiar a fase de entrevistas. Mais recentemente, o foco voltou-se ao mapeamento técnico dos indicadores das áreas, com o início das reuniões com o Departamento de Receitas e Folha de Pagamento de Benefícios (DRFPB).

- **Programa de Sucessão:** O projeto avançou com a finalização do Plano de Ação, que atuará como guia estratégico para as próximas etapas. Como parte desse processo, foi realizado um levantamento dos fluxos e manuais da CGB, mapeando o histórico de atualização de cada documento. Na sequência, o foco concentrou-se na validação desses processos por meio de solicitações formais aos responsáveis por cada divisão e departamento. Essa ação visa garantir a atualização dos manuais e fluxogramas dentro de prazos estabelecidos, assegurando que a documentação reflita a realidade operacional das áreas.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS (GERAL)





DIRETRIZES EXECUTIVAS (GERAL) – Abril/2026



DIRETRIZES EXECUTIVAS (GERAL) – Maio/2026





DIRETRIZES EXECUTIVAS (GERAL) – Junho/2026

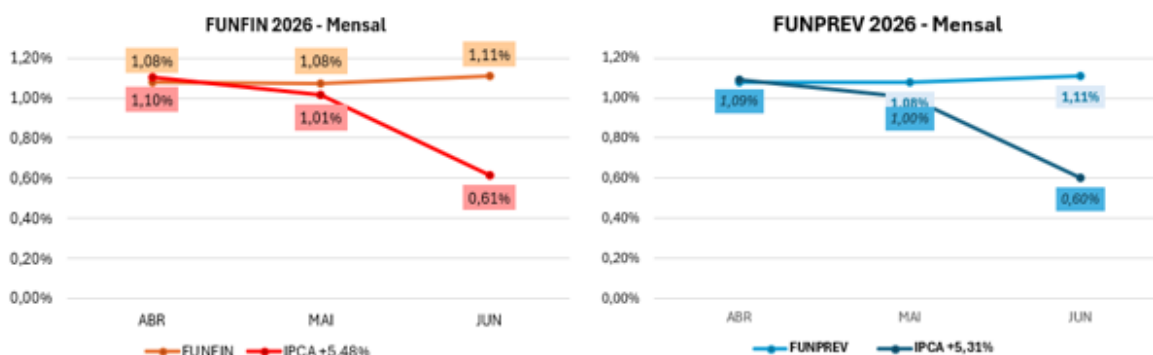


RESULTADOS-CHAVE – Abril a Junho/2026

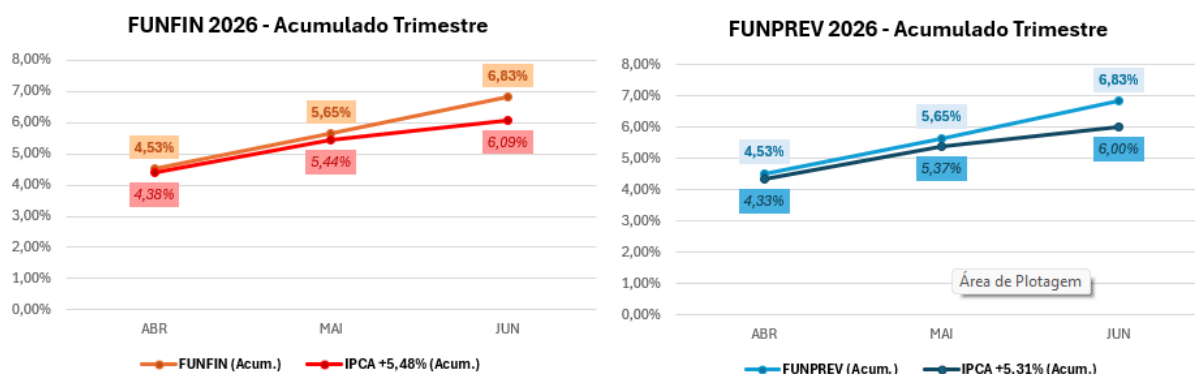


Resultados do 2º trimestre - Investimentos DEO 5

Os gráficos de **Rentabilidade Mensal** apresentam a comparação entre o desempenho das carteiras (FUNFIN e FUNPREV) e suas metas atuariais (respectivamente: IPCA +5,48% e IPCA +5,31%), que é o retorno necessário para garantir o pagamento dos benefícios no futuro. A meta atuarial, em sua essência, é anual, no entanto, para facilitar o seu acompanhamento ela é convertida em valor *pro rata* mensal.

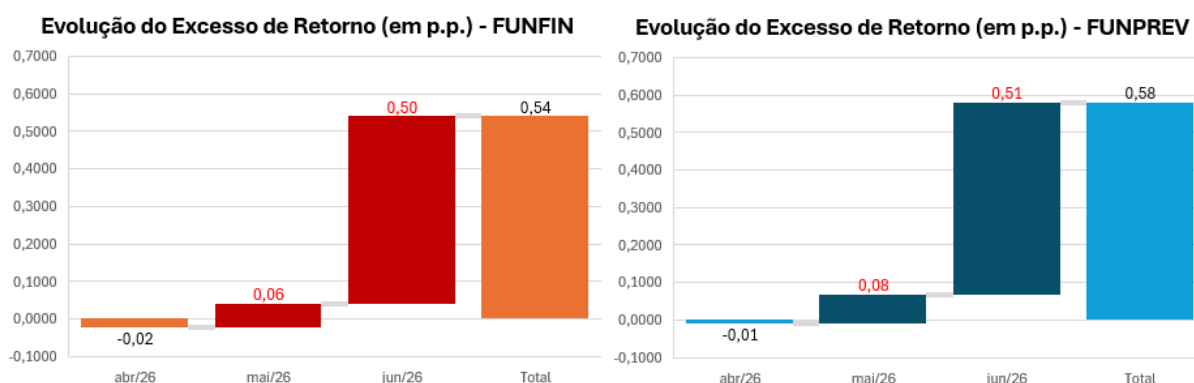


Por sua vez, os gráficos de **Rentabilidade Acumulada** mostram a progressão de desempenho destes resultados ao longo do trimestre. Cabe ressaltar que a meta atuarial é apurada em bases anuais e que as projeções para o encerramento de 2026 permanecem favoráveis, indicando a manutenção de rentabilidade compatível e superior à meta estabelecida.





Em paralelo, os gráficos de **Evolução de Excesso de Retorno** mostram a diferença entre a rentabilidade efetiva das carteiras e a rentabilidade *pro rata* da meta atuarial por mês, permitindo comparar de forma direta quão além ou aquém da meta atuarial está o resultado das carteiras mês a mês. Em suma, quando o resultado da carteira fica acima da meta, o valor é positivo; quando fica abaixo, o valor é negativo. Assim, o excesso de retorno acumulado no trimestre se manteve superior ao resultado do cálculo *pro rata* da meta atuarial.



Ao longo do segundo trimestre de 2026, em conformidade com a Política de Investimentos do RPPS, as carteiras dos fundos FUNFIN e FUNPREV apresentaram desempenho consistente e aderente aos objetivos estabelecidos. Conforme demonstrado no gráfico de Evolução do Excesso de Retorno, observou-se em abril uma ligeira rentabilidade inferior à meta atuarial proporcional do período, com excesso de retorno de -0,02 p.p. no FUNFIN e -0,01 p.p. no FUNPREV. Em maio, as carteiras retomaram trajetória positiva, registrando excesso de retorno de 0,06 p.p. e 0,08 p.p., respectivamente. Já em junho, o desempenho foi expressivamente superior à meta atuarial, com excesso de retorno de 0,50 p.p. no FUNFIN e 0,51 p.p. no FUNPREV. Esse resultado foi determinante para que ambas as carteiras encerrassem o trimestre superando a meta atuarial acumulada, com excesso de retorno total de 0,54 p.p. no FUNFIN e 0,58 p.p. no FUNPREV.

Por fim, as tabelas de **Resultado Trimestral** apresentam o indicador *Carteira/Benchmark*, expresso em percentual, que demonstra o quanto da



meta atuarial anual foi efetivamente alcançado por cada carteira (FUNFIN e FUNPREV) até o respectivo trimestre.

Resultado Trimestral - FUNFIN		Resultado Trimestral - FUNPREV	
FUNFIN	6,83%	FUNPREV	6,83%
Benchmark (IPCA + 5,48%)	6,09%	Benchmark (IPCA + 5,31%)	6,00%
FUNFIN / Benchmark	112,11%	FUNPREV / Benchmark	113,68%

3. GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Os recursos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de São Paulo são geridos de acordo com diretrizes específicas, em conformidade com normativas vigentes e boas práticas de governança. A principal orientação provém da Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social – RPPS. Além disso, as operações seguem os comandos estabelecidos pela Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022¹, consolidando as normativas específicas para os RPPS.

Paralelamente, o Município de São Paulo adota os princípios e postulados delineados no manual do Pró Gestão RPPS, do Ministério da Previdência Social (MPS), sob a Secretaria de Regime Próprio e Complementar (SRPC), especificamente no Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (DRPPS).

Além de aderir a essas orientações externas, o Município estabelece requisitos internos robustos. Isso inclui procedimentos detalhados para o credenciamento de agentes intervenientes, garantindo que apenas profissionais qualificados participem das decisões relacionadas aos recursos do RPPS.

¹ <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/legislacao-dos-rpps/9PortariaMTPn1.467de02jun2022Atualizadaat3jun2024.pdf>



O controle dos investimentos é conduzido com rigor, incorporando práticas de custódia qualificada e um sistema de monitoramento contínuo com mecanismos de dupla checagem, além de metodologia própria para gestão dos riscos na dimensão financeira, especialmente de crédito, mercado e liquidez.

Essa abordagem visa aprimorar a segurança e eficiência na gestão dos ativos previdenciários. Em relação à divulgação e transparência, o Município mantém consistência nos relatórios de governança e informes sobre a carteira de investimentos, evitando assimetria informacional bem como de fatos e dados, tendo como fonte única tais informes.

Além disso, são adotadas práticas rigorosas de auditoria interna e externa, garantindo que todas as operações sejam realizadas conforme as normativas vigentes e boas práticas de mercado. A comunicação clara e periódica com os *stakeholders* é priorizada, assegurando que todas as partes interessadas tenham acesso a informações precisas e atualizadas sobre a *performance* dos investimentos.

Como complemento, o Relatório de Governança Corporativa (RGC) do segundo trimestre de 2026, conforme elaborado pela Coordenadoria de Gestão de Investimentos (CGI) do IPREM, destaca a evolução das carteiras de investimentos dos fundos FUNFIN e FUNPREV. O relatório evidencia a conformidade das operações com a Política de Investimentos vigente, a atenção aos riscos fiscais e internacionais, e a eficácia das políticas adotadas para garantir a rentabilidade dos ativos previdenciários. Além disso, o RGC enfatiza a importância da gestão prudente e estratégica dos recursos, seguindo normativas específicas e boas práticas de governança, para assegurar a sustentabilidade financeira dos fundos e o custeio dos benefícios previdenciários dos servidores municipais.

A seguir, apresenta-se o resumo das informações acerca do cenário econômico mundial, assim como os resultados da Carteira de Investimentos do IPREM relativos ao segundo trimestre do exercício de 2026.



Panorama Macroeconômico

Entre abril e junho de 2026, o cenário econômico global foi marcado pelo aumento das incertezas geopolíticas, pela persistência de pressões inflacionárias e por um ambiente de crescimento moderado nas principais economias. As tensões internacionais, especialmente no Oriente Médio e na região do Indo-Pacífico, elevaram a volatilidade dos mercados e contribuíram para a alta dos preços da energia, ampliando os riscos para a atividade econômica e para o controle da inflação.

Nos Estados Unidos, a economia manteve relativa resiliência, apoiada pelo mercado de trabalho, embora com sinais graduais de desaceleração, levando o Federal Reserve a adotar uma postura cautelosa em relação à política monetária. Pode-se concluir que finalizaram o trimestre em um cenário misto, marcado pela redução das tensões com o Irã, que contribuiu para a queda dos preços do petróleo, mas também pela intensificação das disputas comerciais, com a imposição de novas tarifas sobre produtos importados do Brasil. Apesar desse ambiente de incerteza, a economia norte-americana manteve desempenho relativamente sólido.

O crescimento do PIB no primeiro trimestre foi revisado para baixo, indicando desaceleração moderada da atividade econômica. Ainda assim, o mercado de trabalho permaneceu aquecido, com desemprego estável e geração de vagas acima das expectativas, reforçando a resiliência da economia.

A inflação seguiu como principal preocupação, acelerando em maio e permanecendo acima da meta do Federal Reserve (Fed). Diante desse quadro, o banco central manteve os juros inalterados e sinalizou postura cautelosa quanto a futuras decisões de política monetária.

Nos mercados, o setor de tecnologia continuou em evidência com o forte avanço da inteligência artificial e a histórica abertura de capital da SpaceX. Contudo, o mês terminou com correção nas bolsas, refletindo preocupações dos investidores sobre os elevados custos de investimentos em infraestrutura tecnológica e a sustentabilidade das avaliações do setor. Paralelamente, indicadores



de atividade mostraram expansão da indústria e dos serviços, embora em ritmo mais moderado e acompanhado por redução do otimismo empresarial.

Na Europa, a economia apresentou sinais de melhora no controle da inflação, com desaceleração tanto do índice cheio quanto do núcleo inflacionário. Apesar desse avanço, o Banco Central Europeu (BCE) elevou os juros para 2,40% e manteve uma postura cautelosa diante das perspectivas inflacionárias.

A atividade econômica continuou em expansão moderada, com os indicadores industriais permanecendo acima da linha de crescimento pelo quinto mês consecutivo. Alemanha, França e Reino Unido registraram desaceleração da inflação, enquanto a indústria britânica apresentou desempenho particularmente favorável, impulsionada pela demanda interna e pelas exportações.

Por sua vez, o mercado de trabalho permaneceu resiliente, com a taxa de desemprego da zona do euro estável em níveis historicamente baixos, reforçando a percepção de uma economia que segue crescendo, embora em ritmo moderado e sob condições monetárias mais restritivas.

Já a China registrou expansão moderada, impulsionada pela atividade industrial e tecnológica, mas ainda enfrentando desafios ligados ao consumo interno e ao setor imobiliário. A inflação permaneceu em nível reduzido, com ausência de pressões inflacionárias relevantes, o que reforçou a postura cautelosa das autoridades econômicas.

Na América Latina, o cenário econômico permaneceu de crescimento moderado, favorecido pela desaceleração da inflação e pela credibilidade das políticas monetárias adotadas em diversos países da região. O México apresentou melhora da atividade industrial, com recuperação dos pedidos e avanço do setor produtivo.

Os mercados financeiros foram beneficiados por expectativas inflacionárias mais estáveis e pela perspectiva de flexibilização gradual da política monetária em algumas economias. Contudo, a região continuou exposta às incertezas do cenário internacional, incluindo tensões geopolíticas, volatilidade dos preços da energia e condições financeiras ainda restritivas. Além disso, o



desempenho econômico permaneceu desigual entre os países, com melhor resultado para economias exportadoras de *commodities*, enquanto os elevados custos de financiamento e a demanda externa mais fraca seguiram limitando o crescimento em parte da região.

A economia brasileira manteve crescimento positivo no primeiro semestre de 2026, porém em ritmo significativamente mais moderado do que o observado nos períodos anteriores. Os indicadores apontaram desaceleração gradual da atividade, com o PIB crescendo apenas 0,1% em abril frente ao mês anterior e acumulando expansão de 2,0% em doze meses.

Apesar da perda de fôlego da economia, o consumo das famílias continuou sustentando a atividade, apoiado pela resiliência do mercado de trabalho, que manteve baixos níveis de desemprego e saldo positivo na geração de empregos. A indústria também apresentou sinais de recuperação, refletidos pela melhora dos índices de confiança e pela elevação da utilização da capacidade instalada.

Por outro lado, setores como comércio e parte dos serviços ainda demonstraram desempenho mais moderado, enquanto os elevados níveis de juros continuaram limitando o ritmo de expansão econômica. Os indicadores de confiança empresarial e do consumidor mostraram melhora pontual, embora as expectativas para os próximos meses permanecessem cautelosas.

Em síntese, o cenário doméstico foi caracterizado por uma economia que segue crescendo, mas em trajetória de desaceleração, sustentada principalmente pelo consumo das famílias e pela resiliência do mercado de trabalho, em um ambiente marcado por incertezas quanto à evolução dos juros, da inflação e da política monetária.

Em junho de 2026, o real apresentou desvalorização frente ao dólar, refletindo o aumento da percepção de risco nos mercados e as incertezas relacionadas à inflação, à trajetória da taxa Selic e ao cenário internacional. O movimento foi influenciado por fatores como as tensões geopolíticas no Oriente Médio, riscos climáticos e dúvidas sobre a condução da política monetária brasileira.



A depreciação cambial elevou as preocupações com a inflação importada, uma vez que tende a aumentar os custos de produtos importados e de insumos utilizados pela indústria. Apesar de alguns fatores favoráveis, como a melhora da confiança empresarial e a redução de índices de preços no atacado, o câmbio permaneceu pressionado ao longo do mês.

De forma geral, o comportamento do real refletiu um ambiente de maior incerteza econômica, no qual as expectativas dos agentes e a aversão ao risco tiveram papel mais relevante do que os fundamentos tradicionalmente favoráveis à moeda brasileira.

O primeiro semestre de 2026 foi marcado por elevada volatilidade e maior aversão ao risco, favorecendo os investimentos em renda fixa em detrimento dos ativos mais arriscados. O CDI, a Selic e os índices pós-fixados apresentaram os melhores desempenhos, refletindo a manutenção dos juros em níveis elevados ao longo do período. Entre os títulos indexados à inflação, os papéis de curto prazo tiveram desempenho superior aos de longo prazo, evidenciando cautela dos investidores em relação às perspectivas fiscais e inflacionárias.

No mercado de ações, embora o Ibovespa tenha acumulado valorização no semestre, o resultado foi concentrado nos primeiros meses do ano, sendo seguido por correções a partir de abril. Os investidores demonstraram preferência por empresas mais defensivas e pagadoras de dividendos, enquanto setores ligados ao consumo doméstico e empresas de menor capitalização apresentaram desempenho mais fraco.

No mercado cambial, apesar da depreciação do real em junho, a moeda brasileira encerrou o semestre valorizada frente ao dólar e ao euro. Já os ativos de maior risco sofreram desempenho mais negativo, com destaque para a forte queda do Bitcoin ao longo do período.

Os índices de inflação mostraram trajetória de desaceleração, especialmente no final do semestre, embora persistissem incertezas sobre a dinâmica inflacionária de longo prazo. De forma geral, o comportamento dos mercados refletiu um ambiente de cautela, com investidores priorizando ativos de



menor risco e aguardando maior clareza sobre a trajetória dos juros, da inflação e das condições econômicas domésticas e internacionais.

Evolução da rentabilidade de indicadores financeiros em 2026

Renda Fixa	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Ano/2026
CDI	1,16%	1,00%	1,21%	1,09%	1,07%	1,12%	6,85%
IMA-B	1,00%	1,79%	0,17%	1,81%	0,31%	-1,04%	4,08%
IMA-B 5	1,20%	1,22%	1,39%	1,32%	0,97%	0,22%	6,48%
IMA-B 5+	0,84%	2,24%	-0,78%	2,20%	-0,20%	-2,05%	2,20%
IMA-S	1,18%	1,01%	1,27%	1,09%	1,09%	1,12%	6,95%
IRF-M	1,96%	0,99%	-0,59%	1,24%	0,68%	0,69%	5,06%
Poupança	0,67%	0,62%	0,67%	0,67%	0,67%	0,67%	4,04%
Selic	1,16%	1,00%	1,21%	1,09%	1,07%	1,12%	6,85%
Ações							
Ibovespa	12,56%	4,09%	-0,70%	-0,08%	-7,22%	-1,01%	6,76%
IBRA	12,53%	4,11%	-0,84%	-0,13%	-7,23%	-1,17%	6,36%
ICON	7,27%	3,08%	-5,39%	-5,27%	-3,35%	-1,10%	-5,25%
IDIV	10,56%	4,38%	-0,23%	-1,18%	-7,62%	1,79%	6,99%
IFIX	2,27%	1,32%	-1,06%	1,53%	-1,33%	-1,21%	1,46%
IMOB	12,22%	8,09%	-9,36%	-3,78%	-3,63%	1,79%	3,77%
ISE	9,90%	3,72%	-2,39%	-1,64%	-8,10%	0,31%	0,88%
SMLL	10,15%	1,88%	-5,77%	-3,16%	-3,66%	-3,28%	-4,58%
Moeda							
Criptomoeda Bitcoin (R\$)	-7,84%	-23,60%	4,25%	7,05%	-2,11%	-17,01%	-36,16%
Dólar	-4,95%	-1,54%	1,36%	-4,42%	1,37%	2,37%	-5,92%
Dólar (Comercial)	-4,32%	-2,17%	1,05%	-4,51%	1,80%	2,44%	-5,81%
Euro	-3,83%	-2,29%	-1,12%	-2,67%	0,94%	0,08%	-8,63%
Inflação							
IGP-M	0,41%	-0,73%	0,52%	2,73%	0,84%	-0,50%	3,27%
IPCA	0,33%	0,70%	0,88%	0,67%	0,58%	0,16%	3,36%

Nota: Os valores exibidos estão em Real (BRL). Fonte: Quantum Axis² – Elaborada por CGI³.

² As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela QUANTUM, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As estratégias com derivativos, utilizadas como parte da política de investimento de fundos de investimento, podem resultar em significativas perdas para seus cotistas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses.

³ Tabela elaborada a partir da coleta de informações obtidas através da plataforma Quantum Axis.



Portfólio

O Fundo Previdenciário (FUNPREV) e Fundo Financeiro (FUNFIN) são compostos por ativos acumulados para garantir o custeio dos benefícios previdenciários dos servidores municipais de São Paulo. Estes fundos são regulamentados pelo Decreto nº 61.151, de 18 de março de 2022⁴.

De acordo com o Relatório Gerencial de junho/2026, o FUNPREV possui um saldo aplicado de R\$ 2.845.839.925,85, sendo R\$ 2.813.429.234,65 no BB Referenciado DI, representando 98,86% do valor aplicado da carteira, e R\$ 32.410.691,20 no CAIXA Topázio Corporativo RF, representando 1,14% do total aplicado. O BB Referenciado DI apresentou ganho financeiro de R\$ 30.322.922,07 no mês, equivalente à rentabilidade de 1,11%, enquanto o CAIXA Topázio registrou rendimento de R\$ 356.585,84, correspondente à rentabilidade de 1,11% no período. Ademais, a posição do FUNPREV soma-se ao saldo em caixa de R\$ 3.765,51.

Da mesma forma, a análise do respectivo Relatório Gerencial demonstra que o FUNFIN possui um saldo aplicado de R\$ 557.398.109,10, onde o ativo BB Referenciado DI representa a totalidade do valor aplicado da carteira. A aplicação obteve ganho financeiro de R\$ 5.514.955,64 no mês, equivalente à rentabilidade de 1,11%. Ademais, a posição do FUNFIN soma-se ao saldo em caixa de R\$ 3.905,61.

A elevada concentração em ativos pós-fixados reflete a necessidade de liquidez do FUNPREV, cujos recursos são suficientes para custear aproximadamente 3 (três) a 4 (quatro) folhas de pagamento. Essa característica impõe a manutenção de parcela relevante da carteira em ativos de baixa volatilidade e alta liquidez.

Ainda assim, avalia-se continuamente a possibilidade de alocação marginal em ativos de curto e médio prazo que apresentem melhor relação risco-retorno, sem comprometer a capacidade de pagamento dos benefícios.

⁴ <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-61151-de-18-de-marco-de-2022>



Em junho, no âmbito da renda fixa, o CDI – que serve como referência para a rentabilidade dos fundos de previdência e que norteia as aplicações do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo (IPREM) para o ano corrente – rentabilizou 1,11%. Os fundos previdenciários do Município de São Paulo, FUNPREV e FUNFIN, apresentaram desempenhos positivos, refletindo a eficiência na gestão dos recursos e o cumprimento das metas estabelecidas. Esses resultados evidenciam a importância de uma gestão prudente e estratégica dos ativos, garantindo o custeio dos benefícios previdenciários dos servidores municipais e assegurando a sustentabilidade financeira dos fundos. A manutenção da rentabilidade ligeiramente superior ao CDI e, principalmente, acima da meta atuarial no período avaliado demonstra a eficácia das políticas adotadas e a capacidade de adaptação às condições econômicas variáveis, proporcionando segurança e estabilidade para o RPPS.

Diante desse cenário, a gestão mantém postura conservadora, com elevada liquidez, mas atenta a oportunidades táticas em ativos de menor *duration*. O principal risco permanece associado à persistência inflacionária e à limitação do ciclo de queda de juros.



Enquadramento – Consolidado

	LIMITES DA RESOLUÇÃO CMN 5.272/2025					POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026		
							Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior
	ARTIGO	% Por item	% Por Artigo	% Por item	% Global				
RENDIA FIXA	Art. 7º, I	100%	100%	100%		0%	0%	15%	100%
	Art. 7º, II	100%		100%		100%	0%	70%	100%
	Art. 7º, III	100%		100%		0%	0%	10%	100%
	Art. 7º, IV	5%		5%		0%	0%	5%	5%
	Art. 7º, V	80%		80%		0%	0%	0%	0%
	Art. 7º, VI	20%		20%		0%	0%	0%	0%
	Art. 7º, VII	20%		20%	35%	0%	0%	0%	0%
	Art. 7º, VIII	20%		20%		0%	0%	0%	0%
	Art. 7º, IX	20%		0%		0%	0%	0%	0%
EXTERIOR	Art. 9º, I	10%	10%	10%	10%	0%	0%	0%	0%
	Art. 9º, II	10%		10%		0%	0%	0%	0%
	Art. 9º, III	10%		10%		0%	0%	0%	0%
RENDIA VARIÁVEL	Art. 8º, I	40%	50%	40%	50%	0%	0%	0%	0%
	Art. 8º, II	40%		40%		0%	0%	0%	0%
	Art. 8º, III	10%		10%		0%	0%	0%	0%
	Art. 8º, IV	10%		10%		0%	0%	0%	0%
ESTRUTURADOS	Art. 10, I	15%	20%	15%		0%	0%	0%	0%
	Art. 10, II	5%		5%		0%	0%	0%	0%
	Art. 10, III	10%		0%		0%	0%	0%	0%
	Art. 10, IV	10%		0%		0%	0%	0%	0%
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	Art. 11	20%	20%	20%		0%	0%	+ 100%	+ 100%
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO	Art. 12	10%	10%	10%		0%	0%	0%	10%

* = Art. 11, § 3º Os limites previstos nesta Resolução não se aplicam às cotas de FII que sejam integralizadas, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, por imóveis vinculados por lei ao regime próprio de previdência social.

Tabela 1 – Resolução CMN nº 4.963/2021 e Pró-Gestão 3.6 – CGI – Elaboração própria

A seguir, apresentam-se os resultados da carteira de investimentos do RPPS:



Carteira - FUNFIN (Financeiro)

Saldo Aplicado: R\$ 557.398.109,00

Caixa: R\$ 3.905,61

Consolidada | Portfólio Consolidado por Enquadramento

Data base: 30/06/2026

Ativos por Enquadramento	Saldo Bruto 29/05/2026	Movimentação	Saldo Bruto 30/06/2026	Saldo Líquido 30/06/2026	% do Portfólio	Ganho Financeiro	Rentabilidade	Quantidade
Art. 7º, I	R\$ 548.108.153,37	R\$ 3.775.000,00	R\$ 557.398.109,00	R\$ 557.398.109,00	100,00%	R\$ 5.514.955,63	1,11%	-
BB TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA RRENTA FIXA REFERENCIADO DI LP	R\$ 548.108.153,37	R\$ 3.775.000,00	R\$ 557.398.109,00	R\$ 557.398.109,00	100,00%	R\$ 5.514.955,63	1,11%	122.098.022,08
Saldo Aplicado	R\$ 548.108.153,37	R\$ 3.775.000,00	R\$ 557.398.109,00	R\$ 557.398.109,00	100,00%	R\$ 5.514.955,63	-	-
Caixa	R\$ 2.716,84	R\$ 1.188,77	R\$ 3.905,61	R\$ 3.905,61	0,00%	-	-	-
Saldo Total	R\$ 548.110.870,21	R\$ 3.776.188,77	R\$ 557.402.014,61	R\$ 557.402.014,61	100,00%	R\$ 5.514.955,63	-	-

FIGURA 1. PORTFÓLIO CONSOLIDADO – FUNFIN

Retornos | Rentabilidade

Data base: 30/06/2026

	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	01/01/2026 30/06/2026
FUNFIN	1,16%	0,99%	1,22%	1,08%	1,08%	1,11%	6,84%
% do CDI	99,93%	99,51%	100,99%	99,14%	100,27%	99,23%	99,86%
CDI	1,16%	1,00%	1,21%	1,09%	1,07%	1,12%	6,85%
IMA Geral	1,31%	1,18%	0,55%	1,34%	0,81%	0,51%	5,83%
IMA-S	1,18%	1,01%	1,27%	1,09%	1,09%	1,12%	6,95%
Índice IPCA+5,48%	0,78%	1,08%	1,35%	1,10%	1,01%	0,61%	6,07%

VaR (95%)					Sharpe				Volatilidade (%)			
	Mês	3 meses	6 meses	01/01/2026 30/06/2026	Mês	3 meses	6 meses	01/01/2026 30/06/2026	Mês	3 meses	6 meses	01/01/2026 30/06/2026
 FUNFIN	0,00%	0,01%	0,01%	0,01%	-13,72	-5,83	-1,32	-1,01	0,01%	0,01%	0,02%	0,02%

FIGURA 2. ÍNDICES E RENTABILIDADE – FUNFIN



Contribuição de Performance | Contribuição por Ativo

Data base: 30/06/2026

Contribuição por Ativo	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	01/01/2026 30/06/2026
------------------------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------------------------

Art. 7º, I

BB TÍTULOS PÚBLICOS RESPOSTA LIMITADA À RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	1,16%	0,99%	1,22%	1,08%	1,08%	1,11%	6,84%
---	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

FUNFIN

FUNFIN	1,16%	0,99%	1,22%	1,08%	1,08%	1,11%	6,84%
--------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

FIGURA 3. CONTRIBUIÇÃO DE PERFORMANCE POR ATIVO

Análise de Liquidez

Data base: 30/06/2026

Prazo (dias)	Saldo Bruto	% por prazo	Saldo Bruto Acumulado	% Acumulado
0 a 1	R\$ 557.398.109,00	100,00%	R\$ 557.398.109,00	100,00%
2 a 30	-	-	R\$ 557.398.109,00	100,00%
31 a 120	-	-	R\$ 557.398.109,00	100,00%
121 a 360	-	-	R\$ 557.398.109,00	100,00%
361 a 720	-	-	R\$ 557.398.109,00	100,00%
Acima 720	-	-	R\$ 557.398.109,00	100,00%

FIGURA 4. ANÁLISE DE LIQUIDEZ – FUNFIN

Gerencial

Data base: 30/06/2026

Saldos			Movimentação		Performance	
	29/05/2026	30/06/2026		Mês		Benchmark: Índice PCA+5,48%
Carteira de Ativos	R\$ 548.108.153,37	R\$ 557.398.109,00	Quantidade de Cotas Subscritas	2.441.199,37	Retorno da Cota	1,11%
Caixa	R\$ 2.716,84	R\$ 3.905,61	Valor das Cotas Subscritas	R\$ 382.198.661,05	Retorno do Benchmark	0,61%
Patrimônio Líquido	R\$ 548.110.870,21	R\$ 557.402.014,61	Quantidade de Cotas Resgatadas	2.420.777,15	Excesso de Retorno	0,51%
Quantidade de Cotas	3.539.304,37	3.559.726,59	Valor das Cotas Resgatadas	R\$ 378.422.472,28	Ganho Financeiro acima do Benchmark (d)	R\$ 2.509.052,22

FIGURA 5. SALDOS, MOVIMENTAÇÃO, PERFORMANCE E CAIXA - FUNFIN



Carteira - FUNPREV (Previdenciário)

Saldo Aplicado: R\$ 2.845.839.925,76

Caixa: R\$ 3.765,51

Consolidada | Portfólio Consolidado por Enquadramento

Data base: 30/06/2026

Ativos por Enquadramento	Saldo Bruto 29/05/2026	Movimentação	Saldo Bruto 30/06/2026	Previsão IOF + IR	Saldo Líquido 30/06/2026	% do Portfólio	Ganho Financeiro	Rentabilidade	Quantidade
Art. 7º, I	R\$ 2.760.819.417,85	R\$ 54.341.000,51	R\$ 2.845.839.925,76	R\$ 0,00	R\$ 2.845.839.925,76	100,00%	R\$ 30.679.507,40	1,11%	-
BB TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA RRENTA FIXA REFERENCIADO DI LP	R\$ 2.728.765.312,49	R\$ 54.341.000,51	R\$ 2.813.429.234,56	R\$ 0,00	R\$ 2.813.429.234,56	98,86%	R\$ 30.322.921,56	1,11%	616.281.503,72
CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO RESP LIMITADA RRENTA FIXA REFERENCIADO DI LP	R\$ 32.054.105,36	R\$ 0,00	R\$ 32.410.691,20	R\$ 0,00	R\$ 32.410.691,20	1,14%	R\$ 356.585,84	1,11%	7.249.889,99
Saldo Aplicado	R\$ 2.760.819.417,85	R\$ 54.341.000,51	R\$ 2.845.839.925,76	R\$ 0,00	R\$ 2.845.839.925,76	100,00%	R\$ 30.679.507,40	-	-
Caixa	R\$ 78.670,52	R\$ -74.905,01	R\$ 3.765,51	-	R\$ 3.765,51	0,00%	-	-	-
Saldo Total	R\$ 2.760.898.088,37	R\$ 54.266.095,50	R\$ 2.845.843.691,27	R\$ 0,00	R\$ 2.845.843.691,27	100,00%	R\$ 30.679.507,40	-	-

FIGURA 6. PORTFÓLIO CONSOLIDADO – FUNPREV

Retornos | Rentabilidade

Data base: 30/06/2026

	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	01/01/2026 30/06/2026
FUNPREV	1,16%	0,99%	1,22%	1,08%	1,08%	1,11%	6,84%
% do CDI	99,93%	99,51%	100,99%	99,14%	100,27%	99,23%	99,86%
CDI	1,16%	1,00%	1,21%	1,09%	1,07%	1,12%	6,85%
IMA Geral	1,31%	1,18%	0,55%	1,34%	0,81%	0,51%	5,83%
IMA-S	1,18%	1,01%	1,27%	1,09%	1,09%	1,12%	6,95%
Índice IPCA +5,31%	0,76%	1,07%	1,34%	1,08%	0,99%	0,59%	5,99%

	VaR (95%)				Sharpe				Volatilidade (%)			
	Mês	3 meses	6 meses	01/01/2026 30/06/2026	Mês	3 meses	6 meses	01/01/2026 30/06/2026	Mês	3 meses	6 meses	01/01/2026 30/06/2026
FUNPREV	0,00%	0,01%	0,01%	0,01%	-13,70	-5,83	-1,32	-1,01	0,01%	0,01%	0,02%	0,02%

FIGURA 7. ÍNDICES E RENTABILIDADE – FUNPREV



Contribuição de Performance | Contribuição por Ativo

Data base: 30/06/2026

Contribuição por Ativo	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	01/01/2026 30/06/2026
Art. 7º, I							
BB TÍTULOS PÚBLICOS RESPOSTA LIMITADA RENDIMENTO FIXO REFERENCIADO DI LP	1,16%	0,99%	1,22%	1,08%	1,07%	1,10%	6,82%
CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO RESPOSTA LIMITADA RENDIMENTO FIXO REFERENCIADO DI LP	-	-	-	0,00%	0,00%	0,01%	0,02%
FUNPREV							
FUNPREV	1,16%	0,99%	1,22%	1,08%	1,08%	1,11%	6,84%

FIGURA 8. CONTRIBUIÇÃO DE PERFORMANCE POR ATIVO – FUNPREV

Análise de Liquidez

Data base: 30/06/2026

Prazo (dias)	Saldo Bruto	% por prazo	Saldo Bruto Acumulado	% Acumulado
0 a 1	R\$ 2.845.839.925,76	100,00%	R\$ 2.845.839.925,76	100,00%
2 a 30	-	-	R\$ 2.845.839.925,76	100,00%
31 a 120	-	-	R\$ 2.845.839.925,76	100,00%
121 a 360	-	-	R\$ 2.845.839.925,76	100,00%
361 a 720	-	-	R\$ 2.845.839.925,76	100,00%
Acima 720	-	-	R\$ 2.845.839.925,76	100,00%

FIGURA 9. ANÁLISE DE LIQUIDEZ – FUNPREV

Gerencial

Data base: 30/06/2026

Saldos			Movimentação		Performance		Benchmark: Índice IPCA +5,31%
	29/05/2026	30/06/2026		Mês		Mês	
Carteira de Ativos	R\$ 2.760.819.417,85	R\$ 2.845.839.925,76	Quantidade de Cotas Subscritas	3.564.407,80	Retorno da Cota	1,11%	
Caixa	R\$ 78.670,52	R\$ 3.765,51	Valor das Cotas Subscritas	R\$ 565.321.928,06	Retorno do Benchmark	0,59%	
Patrimônio Líquido	R\$ 2.760.898.088,37	R\$ 2.845.843.691,27	Quantidade de Cotas Resgatadas	3.222.692,54	Excesso de Retorno	0,52%	
Quantidade de Cotas	17.583.174,90	17.924.890,16	Valor das Cotas Resgatadas	R\$ 511.055.832,56	Ganho Financeiro acima do Benchmark (d)	R\$ 14.319.717,17	
Valor Cota	R\$ 157,02	R\$ 158,76					

FIGURA 10 SALDOS, MOVIMENTAÇÃO, PERFORMANCE E CAIXA – FUNPREV



Carteira - IPREM (Fundo Administrativo)

Saldo Aplicado: R\$ 169.063,43

Caixa: R\$ 0,00

Consolidada | Portfólio Consolidado por Classificação

Data base: 30/06/2026

Ativos por Classificação	Saldo Bruto 29/05/2026	Movimentação	Saldo Bruto 30/06/2026	Previsão IOF + IR	Saldo Líquido 30/06/2026	% do Portfólio	Ganho Financeiro	Rentabilidade	Quantidade
Total da Carteira	R\$ 168.654,98	R\$ 0,00	R\$ 169.063,43	R\$ 0,00	R\$ 169.063,43	100,00%	R\$ 408,45	0,24%	-
BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	R\$ 160.894,70	R\$ 0,00	R\$ 161.217,84	R\$ 0,00	R\$ 161.217,84	95,36%	R\$ 323,15	0,20%	4.867,13
BB MILÊNIO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	R\$ 7.760,29	R\$ 0,00	R\$ 7.845,59	R\$ 0,00	R\$ 7.845,59	4,64%	R\$ 85,30	1,10%	4.529,71
Saldo Aplicado	R\$ 168.654,98	R\$ 0,00	R\$ 169.063,43	R\$ 0,00	R\$ 169.063,43	100,00%	R\$ 408,45	-	-
Caixa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	0,00%	-	-	-
Saldo Total	R\$ 168.654,98	R\$ 0,00	R\$ 169.063,43	R\$ 0,00	R\$ 169.063,43	100,00%	R\$ 408,45	-	-

FIGURA 11. PORTFÓLIO CONSOLIDADO – IPREM

Retornos | Rentabilidade

Data base: 30/06/2026

	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	01/01/2026 30/06/2026
IPREM	1,18%	1,19%	1,36%	1,29%	0,95%	0,24%	6,37%
% do CDI	101,30%	119,33%	112,38%	117,95%	88,69%	21,62%	93,07%
CDI	1,16%	1,00%	1,21%	1,09%	1,07%	1,12%	6,85%
IMA Geral	1,31%	1,18%	0,55%	1,34%	0,81%	0,51%	5,83%
IMA-S	1,18%	1,01%	1,27%	1,09%	1,09%	1,12%	6,95%

	VaR (95%)				Sharpe				Volatilidade (%)			
	Mês	3 meses	6 meses	01/01/2026 30/06/2026	Mês	3 meses	6 meses	01/01/2026 30/06/2026	Mês	3 meses	6 meses	01/01/2026 30/06/2026
IPREM	1,26%	0,97%	0,92%	0,93%	-3,94	-0,65	-0,26	-0,46	2,65%	2,03%	1,94%	1,96%

FIGURA 12. ÍNDICES E RENTABILIDADE – IPREM



Contribuição de Performance | Contribuição por Ativo

Data base: 30/06/2026

Contribuição por Ativo	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	01/01/2026 30/06/2026
Total da Carteira							
BB IMA-B 5 RESP LIMITADA RF C C RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	1,13%	1,14%	1,31%	1,24%	0,90%	0,19%	6,06%
BB MILÊNIO RESP LIMITADA RF C C RENDA FIXA CURTO PRAZO	0,05%	0,05%	0,05%	0,05%	0,05%	0,05%	0,31%
IPREM							
IPREM	1,18%	1,19%	1,36%	1,29%	0,95%	0,24%	6,37%

FIGURA 133. CONTRIBUIÇÃO DE PERFORMANCE POR ATIVO – IPREM

Análise de Liquidez

Data base: 30/06/2026

Prazo (dias)	Saldo Bruto	% por prazo	Saldo Bruto Acumulado	% Acumulado
0 a 1	R\$ 169.063,43	100,00%	R\$ 169.063,43	100,00%
2 a 30	-	-	R\$ 169.063,43	100,00%
31 a 120	-	-	R\$ 169.063,43	100,00%
121 a 360	-	-	R\$ 169.063,43	100,00%
361 a 720	-	-	R\$ 169.063,43	100,00%
Acima 720	-	-	R\$ 169.063,43	100,00%

FIGURA 14 . ANÁLISE DE LIQUIDEZ – IPREM

Gerencial

Data base: 30/06/2026

Saldos			Movimentação		Performance		Benchmark: CDI
	29/05/2026	30/06/2026		Mês		Mês	
Carteira de Ativos	R\$ 168.654,98	R\$ 169.063,43	Quantidade de Cotas Subscritas	0,00	Retorno da Cota	0,24%	
Caixa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Valor das Cotas Subscritas	R\$ 0,00	Retorno do Benchmark	1,12%	
Patrimônio Líquido	R\$ 168.654,98	R\$ 169.063,43	Quantidade de Cotas Resgatadas	0,00	Excesso de Retorno	-0,88%	
Quantidade de Cotas	1.044,41	1.044,41	Valor das Cotas Resgatadas	R\$ 0,00	Ganho Financeiro acima do Benchmark (d)	R\$ -1.481,12	
Valor Cota	R\$ 161,48	R\$ 161,87					

FIGURA 15. SALDOS, MOVIMENTAÇÃO, PERFORMANCE E CAIXA – IPREM

Comentários finais

Os resultados apurados no segundo trimestre de 2026 demonstram que, mesmo sob premissas conservadoras estabelecidas na Política de Investimentos, a carteira administrada apresentou desempenho superior à meta



atuarial no período analisado. Esse resultado foi impulsionado, sobretudo, pelo cenário de política monetária restritiva e pelo nível da taxa SELIC, cujo ciclo de cortes se iniciou em março, mas ainda se mantém em patamares altos (14,25% a.a.), o que favoreceu os segmentos de renda fixa indexados a taxas pós-fixadas.

4. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

O estudo atuarial foi realizado no primeiro trimestre de 2026, com data-base 31/12/2025. O respectivo Relatório de Avaliação Atuarial foi elaborado pela consultoria atuarial contratada e entregue à Secretaria de Regime Próprio e Complementar (SRPC) em março de 2026.

A Avaliação Atuarial é realizada anualmente, com a finalidade de mensurar os impactos decorrentes das variações observadas nas hipóteses atuariais, bem como nos dados cadastrais e financeiros utilizados na projeção dos compromissos do regime. Esses relatórios têm por objetivo aferir o grau de solvência econômico-financeira necessário à manutenção dos benefícios previdenciários devidos aos servidores públicos titulares de cargo efetivo e aos seus respectivos dependentes, nos termos da legislação vigente. Para esse fim, a avaliação contempla a análise da dimensão dos compromissos previdenciários e sua evolução projetada ao longo de um período de 75 (setenta e cinco) exercícios financeiros.

A partir de 2022, devido à Emenda à Lei Orgânica do Município, de 18 de novembro de 2021, e do Decreto nº 61.151, de 18 de março de 2022, passaram a existir dois fundos segregados: o Fundo Financeiro (FUNFIN) e o Fundo Previdenciário (FUNPREV). Consequentemente, passaram a ser elaborados dois Relatórios de Reavaliação Atuarial — um para cada fundo.

A seguir, será apresentada a evolução dos dados atuariais que contemplam os dados estatísticos dos segurados, os benefícios, a base de cálculo e contribuição previdenciária esperada e as hipóteses atuariais.



SEGURADOS

De acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022, são considerados segurados os servidores em atividade “que sejam servidores públicos titulares de cargo efetivo, membros da magistratura, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos Tribunais de Contas de quaisquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações” e são considerados beneficiários “os segurados aposentados e os pensionistas amparados em RPPS”.

Para fins deste Relatório, a partir deste ponto, o termo “segurados” será utilizado de forma abrangente para se referir tanto aos segurados em atividade quanto aos beneficiários.

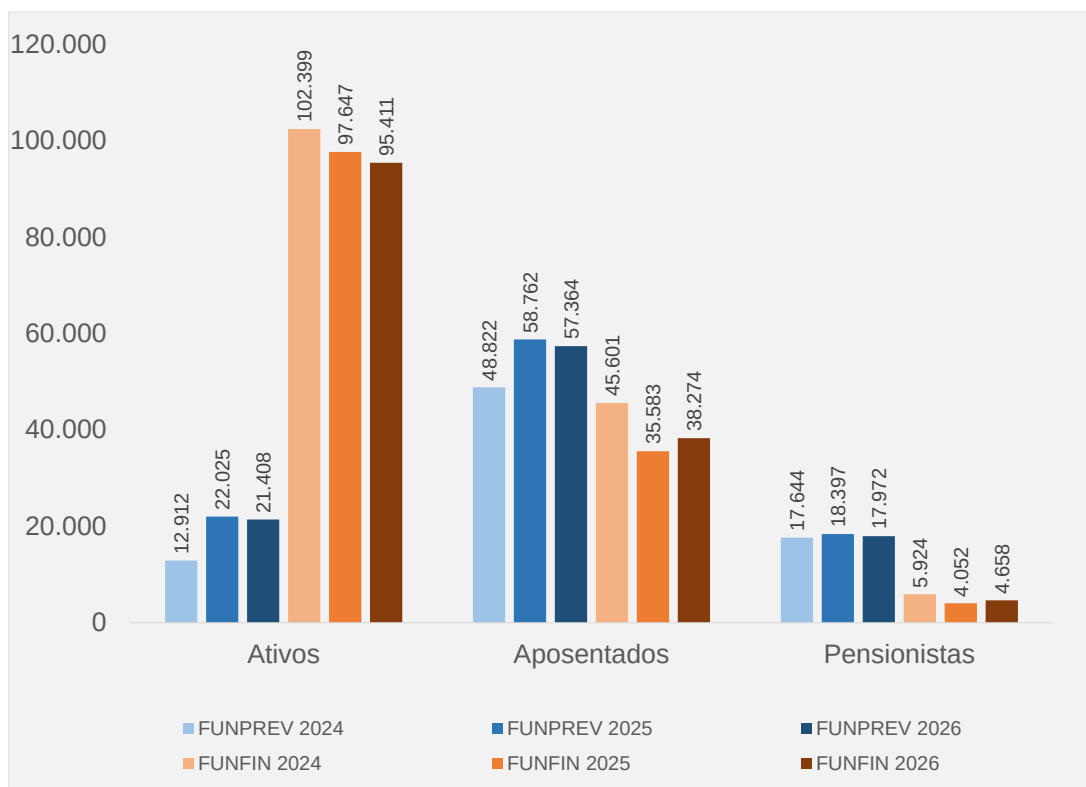
Os segurados são divididos em três categorias: servidores ativos, aposentados e pensionistas.

O Quadro 1 e o Gráfico 1 mostram a evolução da quantidade de segurados por categoria e por fundo.

Quadro 1 – Quantidade de segurados por categoria e por fundo

CATEGORIA	FUNPREV			FUNFIN		
	2024	2025	2026	2024	2025	2026
Ativos	12.912	22.025	21.408	102.399	97.647	95.411
Aposentados	48.822	58.762	57.364	45.601	35.583	38.274
Pensionistas	17.644	18.397	17.972	5.924	4.052	4.658
Total	79.378	99.184	96.744	153.924	137.282	138.343

Fonte: Relatórios da Avaliação Atuarial de 2024, 2025 e 2026.

Gráfico 1 – Quantidade de segurados por categoria e por fundo

Fonte: Relatórios da Avaliação Atuarial de 2024, 2025 e 2026.

No **FUNPREV**, observa-se:

- entre os servidores ativos, crescimento expressivo em 2025 (70,6%), seguido de leve redução em 2026 (2,8%);
- entre os aposentados, elevação considerável em 2025 (20,4%), seguida de leve queda em 2026 (2,4%);
- entre os pensionistas, crescimento moderado em 2025 (4,3%) e pequena retração em 2026 (2,3%).

No **FUNFIN**, verifica-se:

- entre os servidores ativos, redução contínua (4,6% em 2025 e 2,3% em 2026);
- entre os aposentados, queda considerável em 2025 (22,0%), seguida de elevação em 2026 (7,6%);



- entre os pensionistas, forte queda em 2025 (31,6%) e aumento em 2026 (15,0%).

Considerando o total de segurados em cada fundo, constata-se:

- no FUNPREV, crescimento de 25,0% em 2025, seguido de redução de 2,5% em 2026;
- no FUNFIN, redução de 10,8% em 2025, com pequeno aumento (0,8%) em 2026.

Cabe destacar que boa parte da variação ocorrida entre 2024 e 2025 decorre da entrada em vigor do Decreto nº 64.144, de 1º de abril de 2025, que determinou a transferência de diversos segurados do FUNFIN para o FUNPREV.

De acordo com os critérios legais de enquadramento dos segurados nos fundos previdenciários, o FUNFIN não deveria receber novos integrantes. Observa-se, contudo, um aumento no número de segurados vinculados a esse fundo em 2026. Esse incremento decorre do fato de que, com a edição do Decreto Municipal nº 64.144/2025, que promoveu alterações nos critérios de segregação de massas, a consultoria aplicou às bases de dados os parâmetros de alocação previstos no decreto citado; na prática, porém, verificaram-se divergências entre o disposto na legislação e a efetiva alocação dos segurados nos fundos. Na Avaliação Atuarial de 2026, por sua vez, foram considerados os dados que refletem a vinculação real dos segurados — ou seja, os fundos para os quais estes efetivamente contribuem.

O aumento observado no FUNFIN, portanto, não representa a entrada de novos segurados, mas sim uma correção na fonte de dados utilizada, que alinhou os estudos atuariais à realidade.

Vale destacar que a classificação inicial dos segurados em cada fundo é realizada pelas respectivas Unidades de Recursos Humanos, e que o IPREM tem atuado no monitoramento dessas alocações e tem apontado eventuais divergências.



BENEFÍCIOS

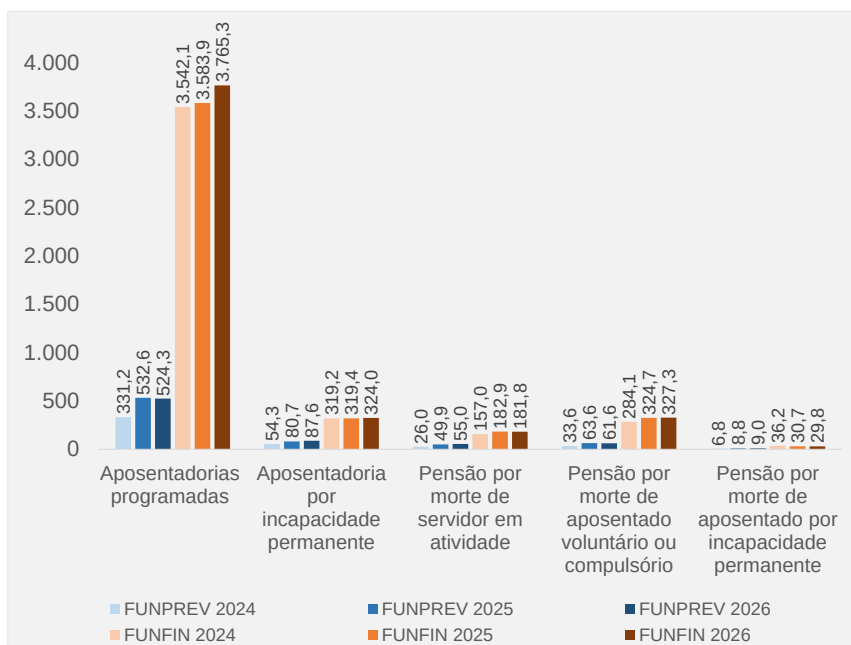
O Quadro 2 e o Gráfico 2 exibem o custo anual previsto por tipo de benefício e por fundo. Os custos apurados estão apresentados por tipo de benefício e são aqueles que o regime de previdência necessita pagar aos seus segurados. Os valores representam os custos dos benefícios do plano. Para efeito de cálculo do custo, os benefícios dos aposentados e pensionistas foram considerados pelos valores líquidos, ou seja, deduzidos das contribuições que deverão aportar ao regime de previdência.

Quadro 2 – Custo anual previsto por tipo de benefício e por fundo (em R\$ milhões)

BENEFÍCIO	FUNPREV			FUNFIN		
	2024	2025	2026	2024	2025	2026
Aposentadorias programadas (por idade, por tempo de contribuição ou compulsória)	331,2	532,6	524,3	3.542,1	3.583,9	3.765,3
Aposentadoria por incapacidade permanente	54,3	80,7	87,6	319,2	319,4	324,0
Subtotal Aposentadorias (A)	385,5	613,3	611,9	3.861,3	3.903,3	4.089,3
Pensão por morte de servidor em atividade	26,0	49,9	55,0	157,0	182,9	181,8
Pensão por morte de aposentado voluntário ou compulsório	33,6	63,6	61,6	284,1	324,7	327,3
Pensão por morte de aposentado por incapacidade permanente	6,8	8,8	9,0	36,2	30,7	29,8
Subtotal Pensões (B)	66,4	122,2	125,6	477,2	538,3	538,9
Total	451,9	735,5	737,5	4.338,5	4.441,5	4.628,2

Fonte: Demonstrativos de Resultados da Avaliação Atuarial de 2024, 2025 e 2026.

Gráfico 4 – Custo anual previsto por tipo de benefício e por fundo (em R\$ milhões)



Fonte: Demonstrativos de Resultados da Avaliação Atuarial de 2024, 2025 e 2026.

No **FUNPREV**, verifica-se:

- quanto às aposentadorias, crescimento significativo em 2025 (59,1%) e queda muito leve em 2026 (0,2%);
- quanto às pensões, aumento muito expressivo em 2025 (84,0%) e pequeno crescimento em 2026 (2,8%).

No **FUNFIN**, observa-se:

- quanto às aposentadorias, crescimento moderado e contínuo (1,1% em 2025 e 4,8% em 2026);
- quanto às pensões, elevação de 12,8% em 2025, seguida de quase estabilização em 2026 (aumento de 0,1%).

O crescimento expressivo dos custos de aposentadorias e pensões no FUNPREV em 2025 pode ser atribuído, em grande medida, ao Decreto Municipal nº 64.144/2025, uma vez que a transferência de vidas ocorreu majoritariamente de aposentados e de pensionistas vinculados a esses



aposentados. Em 2026, os custos em ambos os fundos se mantiveram praticamente estáveis.

BASE DE CÁLCULO E CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA ESPERADA

A base de cálculo corresponde ao somatório das remunerações de contribuição dos segurados. A remuneração de contribuição é o valor sobre o qual incide a alíquota de contribuição previdenciária.

O plano de custeio utilizado no cálculo da situação atuarial do RPPS é composto pelas seguintes alíquotas:

- a) 14% para os servidores ativos ingressantes até 27/12/2018, incidentes sobre a totalidade da remuneração;
- b) 14% para os servidores ativos ingressantes a partir de 28/12/2018, incidentes sobre a remuneração, limitada ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS);
- c) 14% para os aposentados e pensionistas, incidentes sobre a parcela do benefício que excede o salário-mínimo nacional;
- d) 28% para o Município, incidentes sobre as remunerações dos servidores ativos, a título de contribuição ordinária, acrescida de 6% incidentes sobre a mesma base, a título de contribuição adicional, para os servidores cuja atividade ensejar a concessão de aposentadoria especial;
- e) 56% para o Município, incidentes sobre as remunerações dos servidores ativos, a título de contribuição extraordinária, vigente até 30 de abril de 2029, aplicada apenas sobre a base de contribuição patronal referente aos servidores vinculados ao FUNPREV;
- f) os seguintes percentuais para o Município, incidentes



sobre as remunerações dos servidores ativos, a título de contribuição extraordinária, aplicada apenas sobre a base de contribuição patronal referente aos servidores vinculados ao FUNFIN: 8% até março de 2025; 1% de abril a dezembro de 2025; 4% em 2026; 5% em 2027; 6% em 2028 e 7% até abril de 2029.

Além das alíquotas listadas, há o aporte, no patrimônio do FUNPREV, do produto da arrecadação, pelo Município de São Paulo, suas Autarquias e pelas Fundações que instituírem e mantiverem, do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título (Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF), que vier a ser recebido desde 19 de março de 2022 até 31 de dezembro de 2055.

O Quadro 3 exibe a evolução do valor anual da base de cálculo para a contribuição previdenciária, por categoria e por fundo.

Quadro 3 – Valor anual da base de cálculo para a contribuição previdenciária, por categoria e por fundo (em R\$ milhões)

CATEGORIA SUJEITA À CONTRIBUIÇÃO	FUNPREV			FUNFIN		
	2024	2025	2026	2024	2025	2026
Ente Federativo	1.075,9	1.751,3	1.755,7	10.329,8	10.575,1	11.019,3
Ativos	1.075,9	1.751,3	1.755,7	10.329,8	10.575,1	11.019,3
Aposentados	4.634,1	5.974,7	5.994,0	5.655,4	4.630,0	5.020,5
Pensionistas	604,8	656,9	677,1	158,7	121,8	150,2

Fonte: Demonstrativos de Resultados da Avaliação Atuarial de 2024, 2025 e 2026.



No **FUNPREV**, constata-se:

- quanto ao ente federativo e aos servidores ativos, aumento de 62,8% em 2025 e de 0,3% em 2026;
- quanto aos aposentados, aumento de 29,0% em 2025 e de 0,3% em 2026;
- quanto aos pensionistas, aumento de 8,6% em 2025 e de 3,1% em 2026.

No **FUNFIN**, verifica-se:

- quanto ao ente federativo e aos servidores ativos, aumento de 2,4% em 2025 e de 4,2% em 2026;
- quanto aos aposentados, redução de 18,1% em 2025 e aumento de 8,4% em 2026;
- quanto aos pensionistas, redução de 23,2% em 2025 e aumento de 23,3% em 2026.

Em síntese, enquanto o FUNPREV apresenta forte expansão da base contributiva, que acompanha o crescimento e a consolidação do fundo, o FUNFIN mantém valores mais elevados, porém com variações mais moderadas, compatíveis com um grupo mais maduro e sem entrada de novos segurados.

O Quadro 4 mostra a evolução do valor anual da contribuição previdenciária esperada, por categoria e por fundo. A contribuição esperada é calculada aplicando-se à base de cálculo a alíquota correspondente, de acordo com o plano de custeio.



Quadro 4 – Valor anual da contribuição previdenciária esperada, por categoria e por fundo (em R\$ milhões)

CATEGORIA SUJEITA À CONTRIBUIÇÃO	FUNPREV			FUNFIN		
	2024	2025	2026	2024	2025	2026
Ente Federativo	301,3	490,4	491,6	2.892,4	2.961,0	3.085,4
Ativos	150,6	245,2	245,8	1.446,2	1.480,5	1.542,7
Aposentados	648,8	836,5	839,2	791,8	648,2	702,9
Pensionistas	84,7	92,0	94,8	22,2	17,1	21,0
Total	1.185,3	1.664,1	1.671,4	5.152,5	5.106,8	5.352,0

Fonte: Demonstrativos de Resultados da Avaliação Atuarial de 2024, 2025 e 2026.

Ressalte-se que o plano de custeio do RPPS prevê, além da alíquota patronal básica de 28%, alíquota adicional de 6% incidente sobre a remuneração dos servidores cujas atividades ensejam aposentadoria especial. Todavia, os valores apresentados neste quadro observam a forma de registro admitida no Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social (CADPREV), cujos campos, para esse demonstrativo, contemplam apenas a alíquota de 28%.

Analisando-se os valores totais de contribuição esperada, observa-se que, no FUNPREV, houve crescimento em 2025 (+40,4%) e em 2026 (+0,4%). Já no FUNFIN, verifica-se leve queda em 2025 (-0,9%) e posterior crescimento em 2026 (+4,8%).

HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais constituem as bases técnicas da avaliação atuarial de um plano de benefícios e contemplam o conjunto de proposições para os eventos biométricos, demográficos, econômicos e financeiros esperados para o



período futuro considerado na avaliação atuarial. A comprovação da adequação das hipóteses atuariais à situação do plano de benefícios e da sua aderência às características da massa de beneficiários do RPPS é feita a partir dos estudos técnicos de aderência das hipóteses atuariais.

Os Quadros 5, 6 e 7 apresentam as variações das hipóteses atuariais adotadas em cada estudo atuarial. As hipóteses foram segregadas em três grupos: econômicas e financeiras; demográficas; e biométricas.

Quadro 5 – Hipóteses econômicas e financeiras

HIPÓTESE	FUNPREV			FUNFIN		
	2024	2025	2026	2024	2025	2026
Projeção da taxa de juros real para o exercício	4,58% a.a.	4,66% a.a.	5,31% a.a.	4,82% a.a.	4,90% a.a.	5,48% a.a.
Projeção de crescimento real do salário	2,82% a.a.	3,01% a.a.	2,95% a.a.	2,71% a.a.	2,80% a.a.	2,79% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Sem crescimento	Sem crescimento	Sem crescimento	Sem crescimento	Sem crescimento	Sem crescimento
Projeção da taxa de inflação de longo prazo	3,55% a.a.	3,10% a.a.	3,50% a.a.	3,55% a.a.	3,10% a.a.	3,50% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários	0,9842	0,9861	0,9844	0,9842	0,9861	0,9844
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios	0,9842	0,9861	0,9844	0,9842	0,9861	0,9844

Fonte: Relatórios da Avaliação Atuarial de 2024, 2025 e 2026.



Quadro 6 – Hipóteses demográficas

HIPÓTESE	FUNPREV			FUNFIN		
	2024	2025	2026	2024	2025	2026
Probabilidade de o titular ser casado	0,866	0,863	0,863	0,866	0,863	0,863
Diferença de idade entre titular masculino e cônjuge feminino	Cônjuge 3,1 anos mais jovem	Cônjuge 2,4 anos mais jovem	Cônjuge 2,3 anos mais jovem	Cônjuge 3,1 anos mais jovem	Cônjuge 2,4 anos mais jovem	Cônjuge 2,3 anos mais jovem
Diferença de idade entre titular feminino e cônjuge masculino	Cônjuge 2,4 anos mais velho	Cônjuge 2,2 anos mais velho	Cônjuge 2,2 anos mais velho	Cônjuge 2,4 anos mais velho	Cônjuge 2,2 anos mais velho	Cônjuge 2,2 anos mais velho
Data de entrada em aposentadoria programada	Diferimento de 5,10 anos em relação à primeira elegibilidade	Diferimento de 4,90 anos em relação à primeira elegibilidade	Diferimento de 5,90 anos em relação à primeira elegibilidade	Diferimento de 5,10 anos em relação à primeira elegibilidade	Diferimento de 4,90 anos em relação à primeira elegibilidade	Diferimento de 5,90 anos em relação à primeira elegibilidade
Projeção da taxa de rotatividade	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.
Tempo passado do servidor do sexo masculino, para efeito de compensação previdenciária	45,68% do tempo decorrido entre 18 anos e a idade na data de posse	43,60% do tempo decorrido entre 18 anos e a idade na data de posse	36,60% do tempo decorrido entre 18 anos e a idade na data de posse	45,68% do tempo decorrido entre 18 anos e a idade na data de posse	43,60% do tempo decorrido entre 18 anos e a idade na data de posse	36,60% do tempo decorrido entre 18 anos e a idade na data de posse
Tempo passado do servidor do sexo feminino, para efeito de compensação previdenciária	36,19% do tempo decorrido entre 18 anos e a idade na data de posse	39,50% do tempo decorrido entre 18 anos e a idade na data de posse	38,00% do tempo decorrido entre 18 anos e a idade na data de posse	36,19% do tempo decorrido entre 18 anos e a idade na data de posse	39,50% do tempo decorrido entre 18 anos e a idade na data de posse	38,00% do tempo decorrido entre 18 anos e a idade na data de posse

Fonte: Relatórios da Avaliação Atuarial de 2024, 2025 e 2026.

Quadro 7 – Hipóteses biométricas

HIPÓTESE	FUNPREV			FUNFIN		
	2024	2025	2026	2024	2025	2026
Tábua de mortalidade de válidos	BR-EMSsb-v.2010, agravada em 38%	BR-EMSsb-v.2015, agravada em 49%	BR-EMSsb-v.2015, agravada em 46%	BR-EMSsb-v.2010, agravada em 38%	BR-EMSsb-v.2015, agravada em 49%	BR-EMSsb-v.2015, agravada em 46%
Tábua de mortalidade de inválidos	IBGE-2022	IBGE-2023	IBGE-2024	IBGE-2022	IBGE-2023	IBGE-2024
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte, suavizada em 78%	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Light Forte, suavizada em 78%	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas

Fonte: Relatórios da Avaliação Atuarial de 2024, 2025 e 2026.

Alguns aspectos merecem destaque:

a) A taxa de juros real apresenta trajetória de elevação em ambos os fundos. No FUNPREV, passa de 4,58% em 2024 para 4,66% em 2025 (+1,7%) e atinge 5,31% em 2026 (+13,9%). No FUNFIN, sobe de 4,82% para 4,90% (+1,7%) e depois para 5,48% (+11,8%). Esse aumento sinaliza expectativa de maior rentabilidade real dos investimentos ao longo do tempo, o que tende, sob a ótica atuarial, a reduzir o valor presente das obrigações futuras, desde que tais taxas se mostrem efetivamente alcançáveis pelo regime.

b) O crescimento real dos salários mantém-se relativamente estável nos dois fundos, com pequenas oscilações. No FUNPREV, há elevação de 2,82% para 3,01% (+6,7%) e leve recuo para 2,95% (-2,0%). No FUNFIN, a variação é ainda mais contida: de 2,71% para 2,80% (+3,3%) e pequena queda para 2,79% (-0,4%). Esses valores indicam uma expectativa de crescimento moderado da massa salarial acima da inflação, influenciando diretamente o fluxo futuro de contribuições e o valor dos benefícios a conceder.

c) A taxa de inflação de longo prazo é a mesma para ambos os fundos. Ela é importante porque determina como os benefícios crescem ao longo do



tempo, o que impacta o valor das obrigações futuras do regime. Ocorreu redução de 3,55% em 2024 para 3,10% em 2025 (-12,7%), seguida de elevação para 3,50% em 2026 (+12,9%). Esse padrão sugere um ajuste de curto prazo nas expectativas inflacionárias, com posterior retorno a um patamar próximo ao inicialmente projetado, mantendo a coerência das premissas de longo prazo.

As demais hipóteses atuariais complementam as projeções ao definir aspectos demográficos e operacionais do plano, como padrões de mortalidade e de entrada em invalidez, composição familiar, idade de aposentadoria e tempo de vínculo dos segurados. Em conjunto, essas premissas contribuem para tornar as estimativas mais aderentes à realidade observada, de modo a assegurar maior consistência às projeções atuariais.

SITUAÇÃO ATUARIAL

O Quadro 8 mostra a evolução da situação atuarial de cada fundo.

**Quadro 8 – Situação atuarial de cada fundo (em R\$ bilhões)**

RUBRICA	FUNPREV			FUNFIN		
	2024	2025	2026	2024	2025	2026
Aplicações financeiras e disponibilidades	1,1	1,9	2,7	0,5	0,4	0,5
Valor presente da monetização do IRRF	69,6	66,5	59,7	–	–	–
Ativos garantidores (A)	70,7	68,4	62,4	0,5	0,4	0,5
Valor presente dos benefícios futuros (benefícios concedidos)	63,0	76,7	72,4	92,5	74,4	75,7
Valor presente das contribuições futuras (benefícios concedidos)	7,2	8,9	8,3	11,2	9,0	9,1
Reserva matemática dos benefícios concedidos (B)	55,7	67,9	64,1	81,2	65,4	66,6
Valor presente dos benefícios futuros (benefícios a conceder)	5,9	9,5	8,8	69,8	67,3	72,4
Valor presente das contribuições futuras (benefícios a conceder)	7,6	15,7	14,4	47,8	46,2	52,1
Reserva matemática dos benefícios a conceder (C)	(1,7)	(6,3)	(5,6)	22,0	21,1	20,2
Compensação previdenciária a receber (D)	1,2	1,0	1,0	7,9	3,6	3,4
Resultado atuarial (A - B - C + D)	18,0	7,7	5,0	(94,7)	(82,5)	(82,9)

Fonte: Relatórios da Avaliação Atuarial de 2024, 2025 e 2026.

No FUNPREV, o resultado atuarial permaneceu positivo ao longo do período analisado, porém em trajetória de redução (de 18,0 para 7,7 e depois 5,0 bilhões de reais), o que reflete principalmente a redução dos ativos garantidores e o aumento da reserva matemática total. Em 2026, essa redução dos ativos



garantidores é intensificada pela queda no valor estimado da monetização do IRRF, impactada pela Lei nº 15.270, de 2025, que ampliou a isenção do imposto de renda e reduziu a arrecadação esperada.

No FUNFIN, o resultado atuarial permaneceu fortemente negativo ao longo do período analisado (-94,7, -82,5 e -82,9 bilhões de reais), determinado pela combinação de ativos muito reduzidos com reservas matemáticas elevadas. A queda da compensação previdenciária a receber reduz ainda mais a capacidade de compensação do déficit. Apesar da melhora em 2025, o resultado volta a se deteriorar em 2026, o que evidencia a persistência do desequilíbrio estrutural. Ressalta-se que o FUNFIN não recebe aportes relativos ao IRRF.

COMPARATIVO DE RECEITAS E DESPESAS ESTIMADAS E EXECUTADAS

O Quadro 9 exibe a evolução das receitas e despesas previdenciárias realizadas e estimadas do FUNPREV e do FUNFIN. A comparação abrange os exercícios de 2023 a 2025, período para o qual os dados estão consolidados e disponíveis. O exercício de 2026 não foi incluído nesta análise, uma vez que os dados de execução orçamentária ainda se encontram em fase de apuração e somente serão consolidados ao término do exercício.

Os valores estimados foram obtidos a partir dos Relatórios da Avaliação Atuarial, enquanto os valores executados foram extraídos dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária. O objetivo desse comparativo é avaliar a precisão das projeções atuariais, identificar possíveis desvios e, a partir da previsibilidade orçamentária, subsidiar o aprimoramento do planejamento financeiro dos fundos.



Quadro 9 – Receitas e despesas previdenciárias realizadas e estimadas, por fundo
(em R\$ milhões)

RUBRICA	FUNPREV			FUNFIN		
	2023	2024	2025	2023	2024	2025
Receitas previdenciárias (valor realizado)	1.936,3	2.546,7	3.185,3	6.669,6	6.940,8	6.282,6
Receitas previdenciárias (valor estimado)	1.933,8	1.958,7	3.264,3	5.761,4	6.100,7	5.487,1
Realizado/Estimado (%)	100,1%	130,0%	97,6%	115,8%	113,8%	114,5%
Despesas previdenciárias (valor realizado)	6.343,5	6.427,9	7.681,8	6.515,5	6.974,8	6.237,3
Despesas previdenciárias (valor estimado)	5.812,4	6.377,4	8.157,5	6.589,8	7.374,5	6.249,7
Realizado/Estimado (%)	109,1%	100,8%	94,2%	98,9%	94,6%	99,8%

Fonte: Relatórios da Avaliação Atuarial de 2023, 2024 e 2025 e Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária de 2023, 2024 e 2025.

O indicador Realizado/Estimado expressa a relação entre as receitas efetivamente arrecadadas ou despesas empenhadas e os valores de receitas e despesas previstos nos Relatórios da Avaliação Atuarial.

No FUNPREV, observa-se progressiva convergência entre valores realizados e estimados, embora ainda com oscilações relevantes: nas receitas, há forte superação em 2024 (130,0%) seguida de ajuste em 2025 (97,6%), indicando correção de expectativas; nas despesas, o desvio inicial acima do previsto em 2023 (109,1%) é praticamente eliminado em 2024 (100,8%) e revertido em 2025 (94,2%). No FUNFIN, os indicadores mostram maior estabilidade, com receitas consistentemente acima do estimado (115,8%, 113,8% e 114,5%) e despesas muito próximas do previsto ao longo do período (entre 94,6% e 99,8%).

A convergência desses índices para o patamar de 100% é relevante para o RPPS, pois sinaliza maior aderência entre as projeções atuariais e a execução observada, de modo que sejam reduzidas as incertezas e seja aprimorado o planejamento financeiro e atuarial.



COMENTÁRIO FINAL

De modo geral, a análise evidencia dois comportamentos bastante distintos entre os fundos. O FUNPREV apresenta trajetória de expansão da base contributiva e manutenção de superávit atuarial, porém acompanhada de redução desse resultado e de maior volatilidade nas projeções, especialmente no que se refere às receitas. Já o FUNFIN mantém um quadro estruturalmente deficitário, com sinais de estagnação da base contributiva, mas com maior previsibilidade orçamentária. Essas diferenças refletem a natureza dos fundos após a revisão da segregação de massas, promovida pelo Decreto Municipal nº 64.144, de 2025, e a redução dos repasses de IRRF.

5. DADOS DOS SEGURADOS

Ao final do 2º trimestre de 2026, o IPREM registrou um total de **236.282 (duzentos e trinta e seis mil, oitenta e dois)** segurados e beneficiários contribuintes, compreendendo servidores ativos, aposentados e pensionistas, distribuídos conforme demonstrado na tabela a seguir:

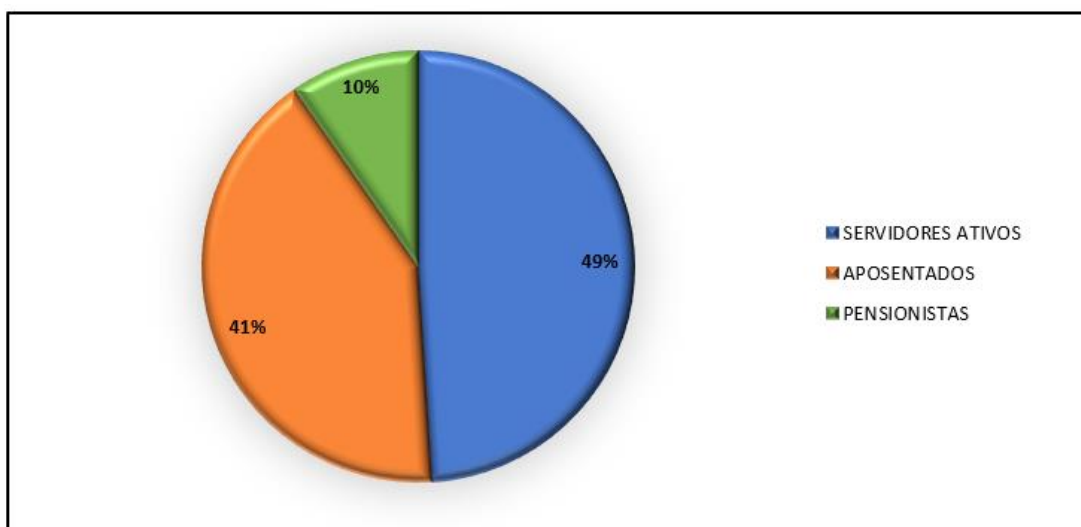
Demonstrativo da População de contribuintes do RPPS do 2º trimestre de 2026

	1º trimestre 2026	2º trimestre de 2026	VARIAÇÃO
ATIVOS	116.721	115.683	-0,89%
INATIVOS	97.745	97.755	0,01%
PENSIONISTAS	22.764	22.844	0,35%
TOTAL	237.230	236.282	-0,18%

Fonte: Bases junho/2026: Views Sigpec | Arquivo atuarial TCM junho/2026 | Arquivo atuarial CMSP fevereiro/2026

Observa-se que, no período analisado, houve redução de 0,89% no quantitativo de servidores ativos, acompanhada por um discreto aumento de 0,01% no número de servidores inativos. Já o grupo de pensionistas apresentou crescimento de 0,35%.

Demonstrativo da População de contribuintes do RPPS do 2º trimestre de 2026



Fonte: Bases junho/2026: Views Sigpec | Arquivo atuarial TCM junho/2026 | Arquivo atuarial CMSP fevereiro/2026

O número total de segurados e beneficiários acima mencionados difere do quantitativo total informado no Relatório de Avaliação Atuarial referente a Estatísticas do universo de segurado e beneficiários do RPPS, que trata da Evolução da Situação Atuarial, em razão da Avaliação Atuarial mencionar os dados da base da reavaliação de setembro de 2025 e o quantitativo neste item se referir ao mês de junho de 2026.

No decorrer do 2º trimestre de 2026, foram concedidas 665 (seiscentos e sessenta e cinco) aposentadorias e 258 (duzentos e cinquenta e oito) pensões por morte, totalizando 923 (novecentos e vinte e três) benefícios concedidos, conforme demonstrado a seguir:



Benefícios concedidos 2º trimestre 2026				
Benefício	Quantidade	Média R\$	Total	%
Aposentadorias	665	R\$ 6.546,09	R\$ 4.353.152,52	72%
Pensões	258	R\$ 6.585,73	R\$ 1.699.118,02	28%
Total	923	R\$ 13.131,82	R\$ 6.052.270,54	100%

Fonte: Sistema SIGPEC (abril à junho de 2026).

Os valores apresentados referem-se exclusivamente à **concessão inicial dos benefícios**. No período analisado, o valor médio mensal das aposentadorias concedidas foi de R\$ 6.546,09. Enquanto o valor médio das pensões por morte atingiu R\$ 6.585,73. Os valores são referentes ao total de pensões e não a quantidade de pensionistas.

Na comparação entre o 1º e o 2º trimestre de 2026, verifica-se uma redução de 46,02% no número de aposentadorias concedidas e de 13,95% nas concessões de pensão por morte.

6. RECEITAS E DESPESAS

Os dados orçamentários são cumulativos no exercício. Portanto, o relatório propõe discorrer sobre as receitas e despesas do **período de janeiro a junho de 2026** dos Fundos Financeiro e Previdenciário e da Unidade Gestora do RPPS (IPREM).

As receitas correspondem aos valores que são arrecadados por meio de:

- contribuição dos servidores ativos, aposentados e pensionistas;
- contribuição patronal de ativos;
- rendimento de investimentos;
- restituição do COMPREV - RO;
- aportes periódicos ao RPPS; e
- demais Receitas Financeiras e Administrativas.



Análise das Receitas

RECEITAS						
ITEM	IPREM		FUNPREV		FUNFIN	
	R\$	Rep. %	R\$	Rep. %	R\$	Rep. %
Contribuição do Servidor Civil Ativo	-	0,00%	167.125.669,86	4,31%	714.022.819,02	23,81%
Contribuição do Servidor Civil Inativo	-	0,00%	388.287.619,67	10,01%	341.013.555,85	11,37%
Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas	-	0,00%	41.445.401,59	1,07%	10.030.796,07	0,33%
Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo	-	0,00%	737.362.842,38	19,01%	1.882.539.871,64	62,78%
Compensações Financeiras entre o RGPS e o RPPS	-	0,00%	57.186.404,52	1,47%	19.666.709,32	0,66%
Remuneração dos Investimentos em Renda Fixa	-	0,00%	178.644.753,68	4,61%	30.874.649,91	1,03%
Aportes Periódicos - RPPS - L.O.M. - Art. 37 § 15	-	0,00%	2.303.613.179,25	59,38%	-	0,00%
Outras Receitas	1.367.614,89	100,00%	464.216,14	0,01%	627.798,28	0,02%
Total de Receitas	1.367.614,89	100,00%	3.879.280.358,74	100,00%	2.998.776.200,09	100,00%
Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças (SOF) - Boletim da Receita x Acompanhamento da Despesa						

Na Unidade Gestora (IPREM), o item Outras Receitas corresponde às receitas administrativas, como serviços, restituições, ressarcimentos, inclusive de pessoal requisitado.

Do total das receitas arrecadadas no FUNPREV, as contribuições patronais, dos pensionistas e dos servidores ativos e aposentados totalizam 34,39%; as receitas da Compensação Previdenciária (COMPREV) e outras receitas, tais como aluguéis, remuneração de investimentos em renda fixa, restituição de benefícios previdenciários, multas, juros, atualização monetária e amortização de empréstimos totalizam 6,09%. A arrecadação mais significativa (59,38%) está relacionada ao aporte dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF para cobertura do déficit atuarial do RPPS, conforme dispõe o art. 37, § 15º das Disposições Gerais e Transitórias da Lei Orgânica do Município (incluído pela Emenda nº 41/2021), conforme segue:



Aportes Periódicos - RPPS - L.O.M. - Art. 37, §º 15			
1º Semestre		2º Semestre	
Mês	R\$	Mês	R\$
jan/26	234.428.926,51	jul/26	0,00
fev/26	373.348.724,12	ago/26	0,00
mar/26	397.544.866,17	set/26	0,00
abr/26	341.336.028,02	out/26	0,00
mai/26	490.780.941,54	nov/26	0,00
jun/26	464.794.547,19	dez/26	0,00
Total	2.302.234.033,55	Total	0,00
TOTAL 2026		2.302.234.033,55	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças (SOF) - Razão da Arrecadação

Os aportes periódicos são receitas orçamentárias, cujos recursos devem ser destinados, exclusivamente, ao pagamento de benefícios previdenciários dos segurados vinculados ao Plano Previdenciário (FUNPREV). O controle destes aportes é de responsabilidade da Unidade Gestora e deve ser apartado dos demais recursos, a fim de evidenciar a vinculação para qual foram instituídos. O orçamento e execução são controlados pelo código de fonte 20.X.800.8012.

No que concerne ao FUNFIN, as receitas advindas das contribuições patronais, dos servidores ativos, aposentados e dos pensionistas corresponderam a 98,29% da receita total arrecadada, sendo a contribuição patronal a de valor mais significativo. As outras receitas, correspondentes a 1,71%, referem-se à Compensação Previdenciária (COMPREV), remuneração de investimentos em renda fixa, restituições de benefícios previdenciários, multas, juros e atualização monetária.

Análise da Despesa Orçamentária empenhada

As despesas de 2026 estão descritas no quadro a seguir:



DESPESAS						
ITEM	IPREM - Órgão Gestor		RPPS - FUNPREV		RPPS - FUNFIN	
	R\$	Rep. %	R\$	Rep. %	R\$	Rep. %
Benefícios de aposentadorias	0,00	0,00%	3.300.218.599,77	86,70%	2.834.912.367,77	95,86%
Benefícios de pensões	0,00	0,00%	464.744.456,16	12,21%	111.568.161,43	3,77%
Demais benefícios	0,00	0,00%	41.370.043,00	1,09%	10.718.191,49	0,36%
Total Despesas Benefícios Previdenciários	0,00	0,00%	3.806.333.098,93	100,00%	2.957.198.720,69	100,00%
PASEP	13.539.620,08	25,74%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Manutenção e Operação	25.457.452,63	48,40%	7.200,00	0,00%	1.950,00	0,00%
Pessoal	10.008.695,36	19,03%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Investimentos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras Despesas	3.590.659,12	6,83%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total Despesas Administrativas	52.596.427,19	100,00%	7.200,00	0,00%	1.950,00	0,00%
Total de Despesas	52.596.427,19	100,00%	3.806.340.298,93	100,00%	2.957.200.670,69	100,00%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças (SOF) - Acompanhamento da Despesa

As despesas do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS são aquelas relacionadas ao pagamento dos benefícios previdenciários e aos custos administrativos do Órgão Gestor - IPREM.

Em relação ao Órgão Gestor – IPREM, as Despesas Administrativas correspondem a 100% dos gastos. Estes são compostos pelo PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), Folha de Pagamento dos Servidores Ativos, Operação das atividades, Investimentos e outros.

No tocante ao PASEP, o programa foi criado pela Lei Complementar nº 8/1970, sendo unificado ao Programa de Integração Social (PIS) por meio da Lei Complementar nº 26/1975, originando o Fundo PIS-PASEP. Foi posteriormente regulamentado pelo Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002.

Salienta-se que o IPREM iniciou o pagamento da despesa mensal com PASEP somente em 2015, em razão da cassação de liminar favorecendo a Receita Federal do Brasil. Dessa forma, o montante do valor não pago relativo ao período anterior a 2014 necessitou ser parcelado mediante acordo entre a Prefeitura de São Paulo - PMSP e a Receita Federal do Brasil - RFB. Assim, o valor devido do PASEP foi pago mensalmente, sendo o cálculo baseado no total da Receita



excluindo-se a Receita de Capital e a Contribuição patronal e o resultado multiplicado por 1%.

Contudo, em virtude da promulgação do art. 6º da [Emenda Constitucional nº 136/2025](#), extinguiu-se a obrigação de recolhimento da despesa sobre as receitas dos regimes próprios de previdência social a partir da publicação da Emenda.

Quanto ao item “Outras Despesas”, esta compreende a folha de pagamento do pessoal ativo, encargos patronais (contribuição patronal ao RPPS/RGPS), terceirização de mão-de-obra e contratação de estagiários, locação de imóveis, serviços diversos (tecnologia, consultoria, engenharia, vigilância, manutenção, transporte, consumo de água/luz/telefone, entre outros), compra de materiais e equipamentos.

No FUNPREV, as despesas com Benefícios Previdenciários compreendem o pagamento de aposentadorias, pensões e outras, sendo 86,70% destinado ao benefício de aposentadoria e 12,21% ao de pensões.

No FUNFIN, a principal despesa do RPPS é o benefício de aposentadoria, que correspondeu a 95,98% do total de despesas do exercício enquanto pensões comportou 3,79%.

O item “Demais Despesas” suportou menos de 1% das despesas em cada Fundo e compreende as sentenças judiciais (requisições de pequeno valor), despesas de exercícios anteriores, restituição de precatórios pagos pela Prefeitura e COMPREV.

Resultados Orçamentários

Considerando que o IPREM não possui, ainda, fonte de recurso própria para arcar suas despesas, seu resultado orçamentário ainda é deficitário, mas suportado por recursos do ente.



APURAÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	RPPS FUNFIN	RPPS FUNPREV	IPREM
Total das Receitas Realizadas	2.998.776.200,09	3.879.280.358,74	1.367.614,89
Total das Despesas Empenhadas	2.957.200.670,69	3.806.340.298,93	52.596.427,19
Resultado Orçamentário	41.575.529,40	72.940.059,81	-51.228.812,30

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças (SOF) - Boletim da Receita x Acompanhamento da Despesa

APURAÇÃO DO RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	RPPS FUNFIN	RPPS FUNPREV	TOTAL RPPS (FUNFIN+FUNPREV)
Total das Receitas Previdenciárias Realizadas	2.998.776.200,09	3.879.280.358,74	6.878.056.558,83
Total das Despesas Previdenciárias Empenhadas	2.957.200.670,69	3.806.340.298,93	6.763.540.969,62
Resultado Orçamentário	41.575.529,40	72.940.059,81	114.515.589,21

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças (SOF) - Boletim da Receita x Acompanhamento da Despesa

Após apresentar ligeiro déficit no primeiro trimestre de 2026, tanto o FUNFIN quanto o FUNPREV passaram a resultado positivo ao término de junho, equalizando o déficit como esperado.

O déficit orçamentário apresentado pelo IPREM segue sendo suportado pelos repasses financeiros da Administração Municipal.

REPASSES FINANCEIROS

Conforme estabelece o Decreto Municipal nº 61.151, de 18 de março de 2022, enquanto não for implantada a Taxa de Administração a cargo do RPPS dos Servidores do Município de São Paulo, as despesas administrativas do Órgão Gestor (IPREM) são supridas com recursos do ente (Tesouro Municipal). Assim, até o momento no exercício 2026, o Tesouro transferiu para o IPREM R\$ 25.996.183,92.

Quanto ao RPPS, não houve insuficiência e, portanto, não houve repasses financeiros além dos já demonstrados como receitas. Abaixo o resumo dos repasses financeiros já realizados no período:



REPASSE FINANCEIRO		
Mês	RPPS	IPREM
jan/26	0,00	5.385.041,35
fev/26	0,00	2.974.145,32
mar/26	0,00	2.951.099,48
abr/26	0,00	4.322.046,59
mai/26	0,00	5.279.933,79
jun/26	0,00	5.083.917,39
jul/26	0,00	0,00
ago/26	0,00	0,00
set/26	0,00	0,00
out/26	0,00	0,00
nov/26	0,00	0,00
dez/26	0,00	0,00
Repasse recebido	0,00	25.996.183,92
Repasse devolvido/concedido	-	-
Saldo Líquido	-	25.996.183,92

Conclusão

A partir das informações demonstradas, concluiu-se que o comportamento das receitas previdenciárias no exercício 2026 é compatível com o pacote de políticas e medidas adotadas pela Administração Municipal em busca do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio, destacando a ausência de insuficiência financeira para o RPPS durante o Exercício. As despesas previdenciárias se mantêm dentro do comportamento esperado. As despesas do Órgão Gestor são planejadas de forma a alcançar resultados mais eficazes com economia de recursos para o ente.

7. ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

As atas e seus respectivos conteúdos na íntegra, assim como as deliberações dos órgãos colegiados, estão disponíveis no Diário Oficial da Cidade -



D.O.C. e na página eletrônica do Instituto⁵. O ritual das reuniões dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Investimentos contribui com o bom andamento dos processos do IPREM, trazendo maior garantia de que os objetivos da instituição possam ser alcançados.

Para efeito de acompanhamento das decisões tomadas no 2º trimestre de 2026, apresentam-se os seguintes relatos:

Comitê de Investimentos: No segundo trimestre de 2026, o Comitê de Investimentos tomou ciência dos Relatórios Mensais de Investimentos apresentados pela Coordenadoria de Gestão de Investimentos (CGI), os quais demonstram a evolução das carteiras de investimentos dos fundos FUNFIN e FUNPREV. Esses documentos indicam que as operações realizadas estão em conformidade com a Política de Investimentos vigente, refletindo a aderência às diretrizes estabelecidas para a gestão dos recursos, bem como o panorama econômico doméstico e internacional, com destaque para índices e variáveis macroeconômicas.

Ao longo do trimestre, foram realizadas três reuniões ordinárias do Comitê de Investimentos, aprovando os 3 (três) conjuntos de Relatórios Mensais, referentes aos períodos de abril a junho de 2026, com escopo na prestação de contas dos planos constituídos do RPPS (FUNFIN, FUNPREV e IPREM) e dos fundos de investimentos alocados, em conformidade com a Política de Investimentos vigente, bem como o panorama econômico doméstico e internacional, com destaque para índices e variáveis macroeconômicas.

Ademais, durante suas reuniões, o Comitê acompanhou a evolução da atividade econômica e das políticas cambial, fiscal (gastos do governo) e monetária (expectativas para inflação e taxa de juros) no Brasil. No cenário internacional, monitoraram movimentações em conflitos geopolíticos e seus impactos na balança comercial, inflação e câmbio doméstico – As incertezas geopolíticas observadas principalmente no Oriente Médio e no Indo-Pacífico

⁵ Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/iprem/w/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/308327



gerando impactos sobre a inflação global e ampliando as oscilações nos mercados financeiros.

Dando continuidade às ações voltadas ao aprimoramento da governança e à adequada gestão dos recursos, em conformidade com as diretrizes da Resolução CMN nº 5.272/2025, o Comitê ratificou a estratégia de diversificação institucional da carteira, buscando reduzir a concentração dos investimentos em uma única instituição financeira. Nesse sentido, foi destacada a aplicação de R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais) no fundo **Caixa Topázio**, conforme deliberação previamente aprovada.

Os membros enfatizaram que a alocação na Caixa Asset foi motivada pela busca de maior equilíbrio na distribuição dos recursos entre instituições financeiras públicas, preservando os princípios de segurança, liquidez e aderência à Política de Investimentos. Destacou-se, ainda, que o fundo selecionado apresenta características compatíveis com os produtos já mantidos na carteira, especialmente aqueles administrados pelo Banco do Brasil, possuindo *benchmark* e perfil de retorno semelhantes. Dessa forma, a estratégia permitiu ampliar a diversificação institucional sem promover alterações relevantes na exposição ao risco ou nos objetivos de rentabilidade do Instituto, mantendo parte dos recursos sob gestão da BB Asset e distribuindo os investimentos de forma mais equilibrada entre as duas instituições.

Conselho Deliberativo: No 2º trimestre de 2026 foram realizadas 3 (três) reuniões ordinárias. Os principais assuntos tratados foram: atualização do Relatório Gerencial de contabilidade, referente aos meses de setembro e outubro/2025; Boletim Estatístico do Regime Próprio de Previdência Social (BERPPS) do Município de São Paulo; Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR; Relatórios mensais da carteira de Investimentos; Demonstrações Contábeis do IPREM, FUNPREV e FUNFIN e os Demonstrativos Fiscais; Apuração de suficiência/insuficiência financeira de recursos para o pagamento das folhas dos aposentados e pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro - FUNFIN e ao Fundo Previdenciário; Demonstrações Contábeis



Aplicadas ao Setor Público - DCASP's do Fechamento do Exercício 2025 (dezembro/2025) e os Demonstrativos Fiscais da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF do 6º bimestre/2025; Relatório de Controle Interno - RCI 01/2026. Todas as reuniões foram presididas pelo Sr. Everaldo Guedes de Azevedo França.

Conselho Fiscal: No referido período, o Conselho Fiscal realizou 04 (quatro) reuniões, sendo 03 (três) ordinárias e 01 (uma) extraordinária. Entre os principais temas apreciados e deliberados, destacam-se: Demonstrações Contábeis do IPREM, do FUNPREV e do FUNFIN, bem como dos respectivos Demonstrativos Fiscais; Boletim Estatístico do Regime Próprio de Previdência Social (BERPPS) do Município de São Paulo; Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR; Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP's do Fechamento do Exercício 2025 (dezembro/2025), bem como os Demonstrativos Fiscais da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF do 6º bimestre/2025; Relatório de Governança Corporativa - RGC 01/2026, relativo ao 1º trimestre de 2026; Relatórios mensais da Carteira de Investimentos; Apuração de suficiência/insuficiência financeira de recursos para o pagamento das folhas dos aposentados e pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro - FUNFIN e ao Fundo Previdenciário - FUNPREV do RPPS do Município de São Paulo; Relatório de Controle Interno - RCI 01/2026. Todas as reuniões foram presididas pela Sra. Izabella Neves Tominaga.

Diretoria Executiva: Foram realizadas 3 (três) reuniões ordinárias e 2 extraordinárias no período de abril a junho de 2026. As principais pautas abordaram entre outros assuntos: Implantação da governança de dados e criação de painel unificado de indicadores institucionais; Aprovação da minuta de Instrução Normativa sobre pensão por morte para beneficiários inválidos ou com deficiência grave, intelectual ou mental; Atualização do Plano de Capacitação 2026 para adequação ao Pró-Gestão RPPS, com inclusão de novos cursos; Discussão sobre a renovação do contrato de apoio à implantação de soluções tecnológicas (Contrato nº 007/IPREM/2023); Revisão da Portaria de Alçadas da Coordenadoria de Gestão de Investimentos; Apresentação dos resultados das trilhas de



economicidade em pensões, com economia gerada pela revisão de benefícios; Aprovação do Plano de Gestão de Riscos para a Integridade (PGRI), alinhado ao Programa de Integridade e Boas Práticas da CGM; Definição de metodologia de apetite e tolerância a riscos e apresentação do ciclo de avaliação de riscos do IPREM; Aprovação da minuta da Portaria do Plano Anual de Contratações (PCA) 2027 e respectivo cronograma de elaboração; Discussão sobre o abono anual da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), concluindo-se que não possui natureza previdenciária e que o IPREM buscará ressarcimento dos valores pagos; Apresentação e aprovação do Relatório de Governança Corporativa (RGC) do 1º trimestre de 2026, incluindo resultados de investimentos, situação atuarial, contratos e atendimento ao público; Aprovação da Instrução Normativa que regulamenta a revisão periódica das aposentadorias por incapacidade permanente; Análise e aprovação da renovação do contrato com a Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S/A, com avaliação da necessidade de redimensionamento do contrato; Padronização do fluxo para análise de portarias, decretos, instruções normativas e prorrogações contratuais antes da deliberação da DIREX; Discussão sobre a criação de um Grupo/Comissão Permanente para aprimorar os fluxos de decisão e a integração entre as áreas; Definição de procedimento para análise prévia de temas antes das deliberações da DIREX; Debate sobre fiscalização, validação e monitoramento dos contratos administrativos; Reforço da necessidade de maior transparência, acompanhamento das entregas contratadas e comunicação interna entre as áreas.

8. ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

8.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Os dados orçamentários são cumulativos no exercício. Portanto, o relatório propõe evidenciar a Gestão Orçamentária e Financeira do **período de janeiro a junho de 2026**. Será apresentado o resultado orçamento dos Fundos Financeiro e Previdenciário e da Unidade Gestora do RPPS (IPREM).



O processo orçamentário é uma atividade de gestão relevante para a realização dos eventos e a fluidez das atividades do IPREM, com a finalidade de gerir a realização das atividades do Instituto, apresentando o desempenho e revelando a eficiência na gestão dos recursos. Um bom parâmetro nas análises orçamentárias, de maneira geral, é o acompanhamento da utilização dos recursos, tomando como ponto de partida os valores previstos no orçamento, para que a previsão das receitas e das despesas seja a mais próxima da realidade.

Assim, a análise é útil para identificar itens cujas variações devam ser analisadas em profundidade e serve de parâmetro para novas avaliações das previsões a serem adotadas na peça orçamentária.

Vale ressaltar que os valores de despesas, inclusive o pagamento de benefícios, após a Lei que instituiu a criação dos Fundos Previdenciários - FUNFIN e FUNPREV, foram suportados por Receitas de Contribuições dos Segurados, Receitas de Contribuições Patronais e Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial com recursos do Imposto de Renda arrecadado no município (FUNPREV). Depois de decréscimos acentuados da insuficiência financeira em relação aos exercícios anteriores, o resultado agora é positivo, ou seja, não houve insuficiência financeira para pagamento dos benefícios.

A seguir, segue o estudo orçamentário relativo aos valores acumulados de janeiro a junho de 2026, iniciando pela análise das **receitas**:



RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RPPS FUNFIN		
	Previsão Atualizada	Receita Realizada	% Realizado
Receitas Correntes (I)	6.888.443.844,00	2.998.776.200,09	44%
Contribuições	6.785.490.956,00	2.947.624.982,22	43%
Receita Patrimonial	44.901.930,00	30.874.649,91	69%
Receita de Serviços	0,00	0,00	0%
Outras Receitas Correntes	58.050.958,00	20.276.567,96	35%
Receitas de Capital (II)	0,00	0,00	0%
Alienação de Bens	0,00	0,00	0%
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0%
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0%
Total das Receitas (III)=(I+II)	6.888.443.844,00	2.998.776.200,09	44%

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RPPS FUNPREV		
	Previsão Atualizada	Receita Realizada	% Realizado
Receitas Correntes (I)	8.746.084.956,00	3.879.118.444,44	44%
Contribuições	2.905.998.934,00	1.334.244.330,16	46%
Receita Patrimonial	244.785.016,00	180.249.081,66	74%
Receita de Serviços	1.000,00	0,00	0%
Outras Receitas Correntes	5.595.300.006,00	2.364.625.032,62	42%
Receitas de Capital (II)	39.699,00	161.914,30	408%
Alienação de Bens	0,00	0,00	0%
Amortização de Empréstimos	38.699,00	161.914,30	418%
Outras Receitas de Capital	1.000,00	0,00	0%
Total das Receitas (III)=(I+II)	8.746.124.655,00	3.879.280.358,74	44%



RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	TOTAL RPPS (FUNFIN + FUNPREV)		
	Previsão Atualizada	Receita Realizada	% Realizado
Receitas Correntes (I)	15.634.528.800,00	6.877.894.644,53	44%
Contribuições	9.691.489.890,00	4.281.869.312,38	44%
Receita Patrimonial	289.686.946,00	211.123.731,57	73%
Receita de Serviços	1.000,00	0,00	0%
Outras Receitas Correntes	5.653.350.964,00	2.384.901.600,58	42%
Receitas de Capital (II)	39.699,00	161.914,30	408%
Alienação de Bens	0,00	0,00	0%
Amortização de Empréstimos	38.699,00	161.914,30	418%
Outras Receitas de Capital	1.000,00	0,00	0%
Total das Receitas (III)=(I+II)	15.634.568.499,00	6.878.056.558,83	44%

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	IPREM		
	Previsão Atualizada	Receita Realizada	% Realizado
Receitas Correntes (I)	3.131.331,00	1.367.614,89	44%
Contribuições	0,00	0,00	0%
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0%
Receita de Serviços	1.705.000,00	648.783,84	38%
Outras Receitas Correntes	1.426.331,00	718.831,05	50%
Receitas de Capital (II)	0,00	0,00	0%
Alienação de Bens	0,00	0,00	0%
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0%
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0%
Total das Receitas (III)=(I+II)	3.131.331,00	1.367.614,89	44%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças (SOF) - Boletim da Receita

A análise das receitas arrecadadas de janeiro a junho de 2026 mostra que a Receita de Contribuições foi realizada em valor ligeiramente abaixo do previsto para o período (50% do total previsto para o exercício).



Segue sendo destaque na análise a arrecadação de Receita Patrimonial, tendo sido realizada já 73% do previsto para o exercício.

Vale ressaltar, ainda, que o Instituto não possui uma fonte significativa de recursos próprios para manutenção das atividades, sendo estas suportadas por repasses financeiros do Município.

Quanto às **despesas**, seguem dispostas nas tabelas a seguir:

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	RPPS FUNFIN		RPPS FUNPREV	
	Orçado Atualizado	Despesa Empenhada	Orçado Atualizado	Despesa Empenhada
Despesas Correntes (IV)	6.888.443.844,00	2.957.200.670,69	8.746.124.655,00	3.806.340.298,93
Outras Despesas Correntes	11.987.247,00	3.502.433,85	33.239.087,00	24.124.350,44
Pessoal e Encargos Sociais	6.876.456.597,00	2.953.698.236,84	8.712.885.568,00	3.782.215.948,49
Despesa de Capital (V)	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Total das despesas (VI) = (IV + V)	6.888.443.844,00	2.957.200.670,69	8.746.125.655,00	3.806.340.298,93

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	TOTAL RPPS (FUNFIN + FUNPREV)		IPREM	
	Orçado Atualizado	Despesa Empenhada	Orçado Atualizado	Despesa Empenhada
Despesas Correntes (IV)	15.634.568.499,00	6.763.540.969,62	127.141.029,64	49.005.768,07
Outras Despesas Correntes	45.226.334,00	27.626.784,29	103.950.004,26	38.997.072,71
Pessoal e Encargos Sociais	15.589.342.165,00	6.735.914.185,33	23.191.025,38	10.008.695,36
Despesa de Capital (V)	1.000,00	0,00	4.454.348,74	3.590.659,12
Investimentos	1.000,00	0,00	4.454.348,74	3.590.659,12
Total das despesas (VI) = (IV + V)	15.634.569.499,00	6.763.540.969,62	131.595.378,38	52.596.427,19

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças (SOF) - Acompanhamento da Despesa

A partir do confronto das receitas e despesas, apura-se o resultado orçamentário das entidades:

APURAÇÃO DO RESULTADO	RPPS FUNFIN	RPPS FUNPREV	TOTAL RPPS (FUNFIN+FUNPREV)	IPREM
Total das Receitas - Realizadas (III)	2.998.776.200,09	3.879.280.358,74	6.878.056.558,83	1.367.614,89
Total das Despesas - Empenhadas (VI)	2.957.200.670,69	3.806.340.298,93	6.763.540.969,62	52.596.427,19
Resultado Orçamentário	41.575.529,40	72.940.059,81	114.515.589,21	51.228.812,30

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças (SOF) - Boletim da Receita x Acompanhamento da Despesa



Após apresentar ligeiro déficit no primeiro trimestre, tanto o FUNFIN quanto o FUNPREV passaram a resultado positivo, equalizando o déficit como esperado.

O déficit orçamentário apresentado pelo IPREM segue sendo suportado pelos repasses financeiros da Administração Municipal.

Restos a Pagar

No exercício 2026, dos R\$ 7 milhões inscritos em Restos a pagar (processados e não processados) em 2025, cerca de 87% foram efetivamente pagos e 12,36% foram cancelados:

MOVIMENTAÇÃO DE RESTOS A PAGAR 2025/2026					
EMPRESA	Inscrito	Pago	% Pago	Cancelado	% Cancelado
IPREM	4.460.445,24	3.588.921,35	80,46%	871.523,89	19,54%
FUNPREV	2.093.788,52	2.093.031,93	99,96%	756,59	0,04%
FUNFIN	509.739,95	508.772,50	99,81%	967,45	0,19%
TOTAL	7.063.973,71	6.190.725,78	87,64%	873.247,93	12,36%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças (SOF) - Acompanhamento de Restos a Pagar

A eficiência da gestão orçamentária fica ainda mais evidente quando comparado ao exercício anterior, onde apenas 48% dos restos inscritos foram pagos de fato contra os 87% neste exercício.

MOVIMENTAÇÃO DE RESTOS A PAGAR 2024/2025					
EMPRESA	Inscrito	Pago	% Pago	Cancelado	% Cancelado
IPREM	11.255.331,65	7.404.218,50	65,78%	3.851.113,15	34,22%
FUNPREV	13.201.760,60	5.327.067,17	40,35%	7.874.693,43	59,65%
FUNFIN	5.768.738,23	1.920.377,18	33,29%	3.848.361,05	66,71%
TOTAL	30.225.830,48	14.651.662,85	48,47%	15.574.167,63	51,53%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças (SOF) - Acompanhamento de Restos a Pagar



Compensação Financeira

A Divisão de Compensação Previdenciária atua simultaneamente na gestão das receitas e despesas decorrentes da compensação previdenciária, em conformidade com a legislação vigente (Decreto nº 10.188, de 2019 e Portaria MPS nº 1.400, de 2024), observando rigorosamente os prazos estabelecidos para análise dos requerimentos, evitando a incidência de multas e juros diários decorrentes de eventuais atrasos. As análises de requerimentos de despesas (RI) são efetuadas em estrita observância à ordem cronológica da fila de análises disponibilizadas no sistema COMPREV/DATAPREV. Quanto às receitas, sua efetivação depende exclusivamente da atuação e da análise dos outros Regimes e/ou Entes Federativos, os quais também seguem a ordem cronológica dos requerimentos que foram enviados, tratando-se de uma sistemática determinada pelo próprio sistema COMPREV (trava do sistema).

Os prazos para análise dos requerimentos foram estabelecidos pelo Decreto e Portaria acima citados, conforme segue:

Art. 45. Os requerimentos de compensação financeira encaminhados pelos regimes instituidores deverão ser analisados pelos regimes de origem nos seguintes prazos estabelecidos pelo CNRPPS, nos termos do art. 8º da Lei nº 9.796, de 1999, e do § 8º do art. 11 do Decreto nº 10.188, de 2019:

I - mil e oitenta dias, em 2022;

II - quinhentos e quarenta dias, em 2023;

III - trezentos e sessenta dias, em 2024;

IV - trezentos e sessenta dias, em 2025; e (*Redação dada pela Portaria MPS nº 3.717, de 29/11/2024*)

Original: IV - cento e oitenta dias, em 2025; e

V - trezentos e sessenta dias, em 2026. (*Redação dada pela Portaria MPS nº 3.717, de 29/11/2024*)

Original: V - noventa dias, a partir de 2026.

É importante salientar que a Divisão de Compensação Previdenciária deste Município vem desenvolvendo suas atividades em observância aos prazos legais vigentes, os quais, para o ano 2026 correspondem a 360 dias para análise dos requerimentos. No entanto, no que se refere às análises de processos



vinculados ao RGPS, não é possível assegurar que a quantidade de dias pendentes apresentada reflita com exatidão a situação real dos requerimentos, razão pela qual a retomada dessas análises está sendo realizada de forma gradual e criteriosa.

Ação 4980 Compensação Financeira - Outros Fundos de Previdência.

Foram apuradas as quantidades de Requerimentos Enviados, Aguardando Análise, Deferimentos e Ativos (Em Compensação), separados entre INSS e RPPS. Para cada uma das situações elencadas, foi realizado um estudo comparativo entre os dados apurados no segundo trimestre de 2026 e aqueles registrados nos anos anteriores.

COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA						
IPREM/INSS	2021	2022	2023	2024	2025	Parcial 2026
Envio de requerimentos	2,826	2,219	616	377	743	3,274
Aguardando análise	13,609	4,758	10,888	8,698	14,492	17,037
Deferimentos	6	2,218	1,730	1,200	1,412	567
Requerimentos ativos	20,897	22,644	24,050	24,458	24,468	23,722
IPREM/RPPS	2021	2022	2023	2024	2025	Parcial 2026
Envio de requerimentos	902	4,086	1,743	2,476	11,754	823
Aguardando análise	827	4,740	4,679	2,552	11,575	11,782
Deferimentos	-	18	352	1,089	1,238	42
Requerimentos ativos	-	71	2,127	1,459	2,698	2,738

No segundo trimestre de 2026, foram encaminhados 823 (oitocentos e vinte e três) requerimentos ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e 3274 (três mil, duzentos e setenta e quatro) requerimentos ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), totalizando 4097 (quatro mil e noventa e sete) requerimentos enviados entre ambos os regimes.

Nota-se um aumento expressivo no volume de requerimentos encaminhados ao RGPS em relação a 2025 (341%). Esse resultado decorre do acúmulo de processos gerado pela priorização da análise e do envio dos requerimentos destinados aos RPPS no ano passado, em razão da proximidade do prazo de prescrição encerrado em dezembro daquele ano.



Ainda no período em análise, verifica-se que, do total de 17.037 (dezessete mil e trinta e sete) requerimentos do RGPS que se encontravam aguardando análise, 567 (quinhentos e sessenta e sete), correspondentes a pouco mais de 3,3%, foram deferidos. Já no RPPS, houve o deferimento de 42 (quarenta e dois) requerimentos, o que representa 0,3% do total de requerimentos que estavam aguardando análise no período.

É importante destacar que a quantidade de requerimentos pendentes de análise é dinâmica, em razão do ingresso diário de novos requerimentos e da conclusão das análises realizadas pela Divisão de Compensação Previdenciária. Além disso, o quantitativo é influenciado pelas tratativas decorrentes do cumprimento de exigências e pelo recebimento contínuo de novos requerimentos. Por esse motivo, é natural que haja oscilações mensais no número de requerimentos, podendo aumentar ou diminuir ao longo do período.

Em relação aos requerimentos ativos, estes são processados com pagamentos mensais. Observa-se que no segundo trimestre de 2026, a maior parte desses requerimentos encontra-se vinculada ao RGPS, totalizando 23.722 (vinte e três mil, setecentos e vinte e dois) solicitações. Tal cenário mantém a tendência observada nos exercícios anteriores.

ANO	INSS			
	Deferidos	%	Total Arrecadado	%
2021	R\$ 126,838.87	-	R\$ 75,096,071.22	-
2022	R\$ 66,375,168.82	52330%	R\$ 151,817,399.55	202%
2023	R\$ 74,732,090.98	113%	R\$ 158,976,448.95	105%
2024	R\$ 48,203,846.51	65%	R\$ 148,443,241.60	93%
2025	R\$ 60,854,155.23	126%	R\$ 131,558,147.31	89%
Parcial 2026	R\$ 30,226,591.26	50%	R\$ 55,807,784.06	42%
ANO	RPPS			
	Deferidos	%	Total Arrecadado	%
2021	R\$ -	-	R\$ -	-
2022	R\$ 65,273.36	-	R\$ 85,240.48	-
2023	R\$ 5,705,002.87	8740%	R\$ 6,552,456.49	7687%
2024	R\$ 14,238,853.03	250%	R\$ 18,011,596.91	275%
2025	R\$ 24,301,273.21	171%	R\$ 34,000,975.61	189%
Parcial 2026	R\$ 732,892.17	3%	R\$ 6,456,079.15	19%



No segundo trimestre de 2026, considerando os requerimentos vinculados ao RGPS, observa-se o deferimento de processos que totalizam R\$ 30.226.591,26, valor que representa aproximadamente 50% de tudo o que foi deferido ao longo de 2025. Como resultado, foi arrecado até o momento o montante de R\$ 55.807.784,06, considerando os recursos destinados ao FUNPREV e ao FUNFIN.

Com relação ao RPPS, se compararmos o segundo trimestre de 2026 com o ano anterior, nota-se uma arrecadação ainda tímida, totalizando R\$ 6.456.079,15. Contudo, a expectativa é de crescimento significativo no segundo semestre, considerando que os requerimentos encaminhados em grande volume durante o ano de 2025 deverão começar a ser analisados pelos respectivos entes, refletindo positivamente nos valores arrecadados.

ANO	INSS		RPPS	
	FUNFIN		FUNFIN	
	Deferidos	Total Arrecadado	Deferidos	Total Arrecadado
2021	R\$ 126,838.87	R\$ 75,096,071.22	-	-
2022	R\$ 32,689,499.23	R\$ 52,512,396.23	R\$ 48,951.00	R\$ 66,751.52
2023	R\$ 22,010,756.15	R\$ 40,322,763.82	R\$ 4,839,634.35	R\$ 5,559,888.61
2024	R\$ 17,479,188.59	R\$ 40,326,687.81	R\$ 8,492,799.43	R\$ 11,281,619.29
2025	R\$ 22,272,962.29	R\$ 36,223,287.94	R\$ 13,738,708.18	R\$ 18,486,315.87
Parcial 2026	R\$ 8,167,664.72	R\$ 15,119,122.04	R\$ 355,415.69	R\$ 3,399,769.23
ANO	FUNPREV		FUNPREV	
	Deferidos	Total Arrecadado	Deferidos	Total Arrecadado
2021	-	-	-	-
2022	R\$ 33,685,669.59	R\$ 99,305,003.32	R\$ 16,322.36	R\$ 18,488.96
2023	R\$ 52,721,334.83	R\$ 118,653,685.13	R\$ 865,368.52	R\$ 992,567.88
2024	R\$ 30,724,657.92	R\$ 108,116,553.79	R\$ 5,746,053.60	R\$ 6,729,977.62
2025	R\$ 38,581,192.94	R\$ 95,334,859.37	R\$ 10,562,565.03	R\$ 15,514,659.74
Parcial 2026	R\$ 22,058,926.54	R\$ 40,688,662.02	R\$ 377,476.48	R\$ 3,056,309.92

A tabela apresentada permite a análise dos totais de requerimentos deferidos e dos valores arrecadados, segregados por fundo e regime previdenciário. Os dados demonstram que, em todos os períodos avaliados, o FUNPREV, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), mantém a tendência de arrecadação superior quando comparado ao FUNFIN e aos



requerimentos vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Observa-se, também, um desempenho positivo nos valores relacionados aos requerimentos deferidos pelo RGPS, especialmente no FUNPREV, no segundo trimestre de 2026, em comparação ao ano anterior. No que se refere ao RPPS, os números ainda são menos expressivos, com expectativa de avanço no decorrer do ano.

Por fim, destaca-se que o histórico apresentado foi elaborado com base nas informações dos Relatórios extraídos mensalmente dos sistemas COMPREV/DATAPREV e BGCOMPREV. Cabe salientar que o COMPREV adota o regime de competência, razão pela qual os valores deferidos não são necessariamente arrecadados no mesmo período de sua concessão. Os pagamentos dos valores são efetuados até o 5º dia útil do mês subsequente ao fechamento da folha do COMPREV, que ocorre no mês seguinte ao da respectiva competência.

8.2 GERENCIAMENTO DOS CONTRATOS

A Divisão de Gestão Administrativa é responsável pela gestão contratual do Instituto, tendo como finalidade acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas durante todo o período de vigência dos contratos, de modo a assegurar a fiel observância de todas as cláusulas pactuadas. Atua com foco na eficiência operacional e na mitigação de riscos, observando a segurança jurídica, com regras claras e bem definidas.

Nesse contexto, registra-se que o IPREM encerrou o **2º trimestre de 2026** com **33 (trinta e três)** contratos vigentes, distribuídos da seguinte forma:

- 02 (dois) contratos por escopo, totalizando R\$ 114.209,90.
- 24 (vinte e quatro) contratos de serviços contínuos com pagamento mensal, com valor fixo e valor variável mediante demanda, totalizando R\$ 35.691.615,88.
- 07 (sete) contratos por demanda com pagamentos eventuais, totalizando R\$ 253.872,27.



Dessa forma, o montante **global** dos contratos, considerando suas respectivas vigências, corresponde a **R\$ 36.059.698,05**.

Ressalta-se que o presente relatório se refere **exclusivamente** aos **Termos de Contrato vigentes**, não sendo considerados para contabilização outros instrumentos contratuais que não geram despesas ao IPREM, tampouco aquisições ou contratações realizadas por meio de Notas de Empenho ou Termos de Convênio.

Informa-se, ainda, que os contratos possuem prazos variados de 12, 24, 30, 36 e até 60 meses, contudo, para fins deste relatório e em conformidade com as diretrizes da nova gestão, foi considerada a soma do montante global de acordo com a vigência de cada contrato.

No mês de **maio de 2026**, foi celebrado 1 (um) novo contrato e no período compreendido de **abril a junho de 2026**, foi encerrado 01 (um) contrato em razão do término da vigência.

Novos contratos firmados pelo IPREM no 2º trimestre de 2026

CONTRATO 02/IPREM/2026 - GONÇALVES DA SILVA & SOUZA LTDA

Objeto do contrato: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de copeiragem, com disponibilização de 1 (um) posto de copeira, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de uniformes pela contratada e sem fornecimento de insumos, para atendimento ao Gabinete da Superintendência do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM.

Vigência: O prazo de execução do contrato terá a duração de 12 (doze) meses, contados a partir de 13/05/2026, data da emissão da Ordem de Início dos Serviços (OIS).

Início da Vigência: 13/05/2026

Término da Vigência: 12/05/2027

Valor Total em Reais: R\$ 62.227,08 (sessenta e dois mil duzentos e vinte e sete reais e oito centavos)

Processo SEI: 6310.2026/0002303-7



Contratos encerrados pelo IPREM no 2º trimestre de 2026

CONTRATO 007/IPREM/2022 - EMPRESA CHAVEIRO & CARIMBO KADU LTDA

Objeto do contrato: Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Chaveiro e Confecção de Carimbos, sendo que os mesmos deverão ser executados conforme as necessidades do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo – IPREM.

Vigência: 12 (doze) meses

Início da Vigência: 27/06/2022

Término da Vigência: 26/06/2026

Valor Total em Reais: R\$ 16.843,15 (dezesesseis mil oitocentos e quarenta e três reais e quinze centavos).

Processo SEI: 6310.2022/0001341-7

Observações

CONTRATO 03/IPREM/2024 - INSTITUTO NACIONAL DE ANÁLISES E PESQUISAS LTDA

Objeto do contrato: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de avaliação ambiental.

Vigência: 12 (doze) meses

Início da Vigência: 15/04/2024

Término da Vigência: 14/04/2026

Valor Total em Reais: R\$ 194.040,95 (cento e noventa e quatro mil e quarenta reais e noventa e cinco centavos)

Processo SEI: 6310.2023/0005721-1

Nota Explicativa: O Contrato nº 03/IPREM/2024 terminou oficialmente neste 2º trimestre. Ele não foi somado à quantidade de contratos deste período porque seu encerramento já havia sido informado no relatório do 1º trimestre.

CONTRATO 05/IPREM/2024 - FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Objeto do contrato: Prestação de Serviços Técnicos Especializados para realização de concurso público a ser promovido pelo contratante, para provimento efetivo de cargos vagos da carreira de Analista de Previdência, do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM, da Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP.

Vigência: 24 (vinte e quatro) meses



Início da Vigência: 12/06/2024

Término da Vigência: 11/06/2026 (O encerramento do cronograma do concurso público ocorreu em 20/12/2024)

Valor Total em Reais: R\$ 98,75 (noventa e oito reais e setenta e cinco centavos) - mediante a cobrança de taxa de inscrição

Processo SEI: 6310.2024/0001050-0

Nota Explicativa: O Contrato nº 05/IPREM/2024 não foi incluído nos relatórios do 1º e 2º trimestres por se tratar de um instrumento que não gera despesas ou custos financeiros ao IPREM. Contudo, a vigência do contrato terminou oficialmente no 2º trimestre.

8.3 GESTÃO DO SITE DA TRANSPARÊNCIA

O site da transparência do IPREM⁶ constitui uma ferramenta acessível aos segurados, por meio da qual é possível obter diversas informações relevantes sobre o Instituto, previstas na legislação vigente. Entre os conteúdos disponibilizados, destacam-se as atas dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e do Comitê de Investimentos, os dados relativos à carteira de investimentos, o cronograma da folha de pagamento, informações sobre a ouvidoria, contas públicas, legislação, Boletins Estatísticos (BERPPS), Governança Corporativa, Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR), COMPREV, Certidão de Tributos e Dívida Ativa, Acórdãos do Tribunal de Contas, Estudos Atuariais, Balanço, Balancetes e Demonstrativos, Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), Política de Investimento, entre outros.

À Divisão de Relacionamento Institucional - DRI compete a organização e manutenção do sítio eletrônico do IPREM, nos termos do art. 36, inciso VII do Decreto nº 62.556/2023.

Ressalta-se que o site do Instituto é avaliado periodicamente quanto ao Indicador de Transparência Ativa - ITA mensurado pela Controladoria Geral do Município - CGM, cujo objetivo é avaliar o nível de Transparência Ativa (disponibilização de dados de maneira ativa) dos portais institucionais dos órgãos e entidades que compõem a Administração Pública Municipal direta e indireta. O ITA

⁶ <https://prefeitura.sp.gov.br/web/iprem>



visa verificar em que medida estão sendo seguidos os parâmetros previstos em lei (conformidade legal).

A CGM realiza a aferição do índice de forma semestral e, pela oitava medição seguida, referente ao período do 1º semestre de 2026, o IPREM conquistou a nota 10 (dez), refletindo a junção de esforços dos servidores da instituição, preenchendo todos os requisitos estipulados pelo ITA e levando a instituição ao mais alto nível de transparência em seu site. A medição do 2º semestre de 2026 deverá ocorrer no final do ano.

AÇÕES DA DIVISÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL (DRI)

No contexto das ações da Divisão de Relacionamento Institucional - DRI, ressalta-se a responsabilidade pelo planejamento, organização e execução dos eventos institucionais do IPREM, bem como pela coordenação do Programa IPREM Longevidade. A Divisão desempenhou papel estratégico no fortalecimento do relacionamento com os públicos de interesse, promovendo iniciativas voltadas à integração, ao engajamento e à valorização dos segurados e servidores. Ademais, por meio do Programa IPREM Longevidade, desenvolveu ações orientadas à promoção da qualidade de vida, do bem-estar e da educação previdenciária, contribuindo para o cumprimento da missão institucional e para a ampliação do alcance social do Instituto.

- **Eventos institucionais do IPREM:** No que se refere à realização de eventos institucionais, a Divisão de Relacionamento Institucional promoveu importantes iniciativas voltadas ao desenvolvimento e à conscientização dos públicos interno e externo. Destaca-se a realização de treinamento direcionado às lideranças, com foco em saúde mental no ambiente de trabalho, contribuindo para o fortalecimento de práticas de gestão mais humanizadas e atentas ao bem-estar dos servidores.



- **Realização de videocasts:** No campo da comunicação institucional, a Divisão também avançou na produção de conteúdos por meio de videocasts, ampliando os canais de diálogo com os segurados e a sociedade.

- **Programa IPREM Longevidade:** No âmbito do Programa IPREM Longevidade, foram desenvolvidas ações significativas voltadas à promoção do envelhecimento ativo e à integração dos segurados. Entre as iniciativas realizadas, incluiu-se a IV edição do Seminário da Longevidade, que reforçou, mais uma vez, o compromisso do IPREM com iniciativas que valorizam os servidores, promovem informação de qualidade e contribuem para uma vida mais equilibrada, saudável e plena.

8.4 GESTÃO DO PASSIVO JUDICIAL

O IPREM, com base no sistema da Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - DEPRE/TJSP, disponibilizado pela Procuradoria do Município de São Paulo - PGM/SP, passou a divulgar em seu site o Relatório do Passivo Judicial Previdenciário referente aos exercícios a partir do ano de 2009, a fim assegurar ao cidadão, à mídia e todas as organizações que se dedicam ao controle social a transparência das contas públicas. Trata-se de relatório com dados sobre as despesas do município de São Paulo relativas às despesas judiciais previdenciárias, decorrentes de precatórios ou requisições de pequenos valores (RPVs).

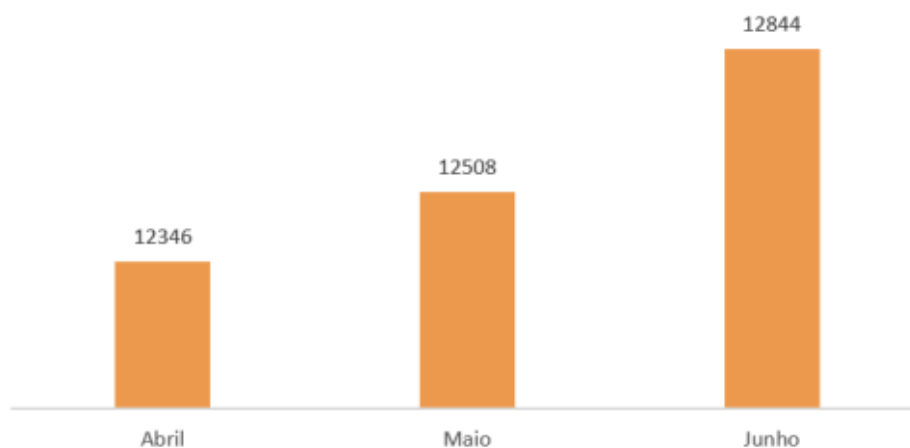
Com a divulgação deste relatório, o IPREM fortalece seu dever de dar transparência e publicidade aos atos da Administração. Os Relatórios são disponibilizados na página eletrônica do Instituto, mediante atualização⁷. Abaixo temos os números atualizados para o 2º trimestre de 2026.

⁷ <https://prefeitura.sp.gov.br/web/iprem/w/relat%C3%B3rios-do-passivo-judicial-previdenci%C3%A1rio>

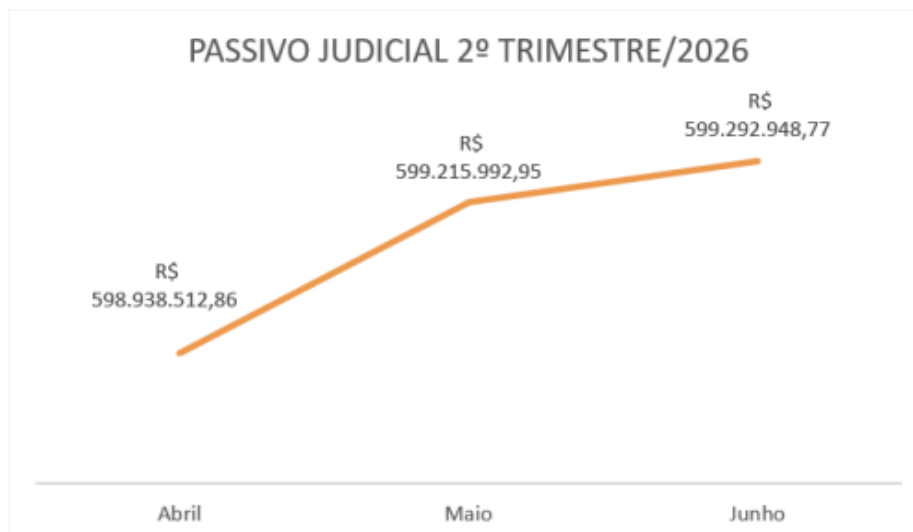


	Quantidade Processos		
Mês	Abril	Maio	Junho
Quantidade	12346	12508	12844
	Saldo Atualizado		
Mês	Abril	Maio	Junho
Passivo Judicial	R\$ 598.938.512,86	R\$ 599.215.992,95	R\$ 599.292.948,77

PROCESSOS JUDICIAIS 2º TRIMESTRE/2026



PASSIVO JUDICIAL 2º TRIMESTRE/2026





9. CANAIS DE ATENDIMENTO

A Divisão de Relacionamento Institucional (DRI) também é responsável pela gestão e operacionalização dos canais de atendimento do IPREM: presencial, telefônico, e-mail, e-SIC e Ouvidoria. Por meio desses canais, são recebidas e tratadas as demandas do público, abrangendo esclarecimento de dúvidas, prestação de informações e solicitação de serviços, visando à comunicação eficiente, acessível e orientada à resolução.

Atualmente, os servidores municipais que pretendem se aposentar, bem como os já aposentados, necessitam recorrer às Unidades de Recursos Humanos de suas respectivas Secretarias ou Órgãos de lotação para a condução de seus processos. Nesse contexto, o Instituto tem empreendido esforços contínuos para fortalecer o diálogo e o relacionamento com essas unidades, com o objetivo de promover maior integração, padronização de procedimentos e celeridade no atendimento às demandas.

No segundo trimestre de 2026, a DRI realizou 9.913 (nove mil, novecentos e treze) atendimentos, considerando as solicitações recebidas por meio de seus canais.

Os dados detalhados encontram-se apresentados na tabela a seguir:

Comparativo das demandas trimestrais recebidas por canal

Canal	2026 1º tri	2026 2º tri
Atendimento presencial	1.239	1.541
Ouvidoria	4	3
Telefônico	2.594	2.511
E-mail	4.419	5.842
E-SIC	12	16
TOTAL	8.268	9.913



Com base nos dados apresentados, observa-se um aumento significativo no volume de demandas recebidas no segundo trimestre de 2026. O total de registros passou de 8.268 (oito mil, duzentos e sessenta e oito) no 1º trimestre para 9.913 (nove mil, novecentos e treze) no 2º trimestre, representando um crescimento de 19,9%.

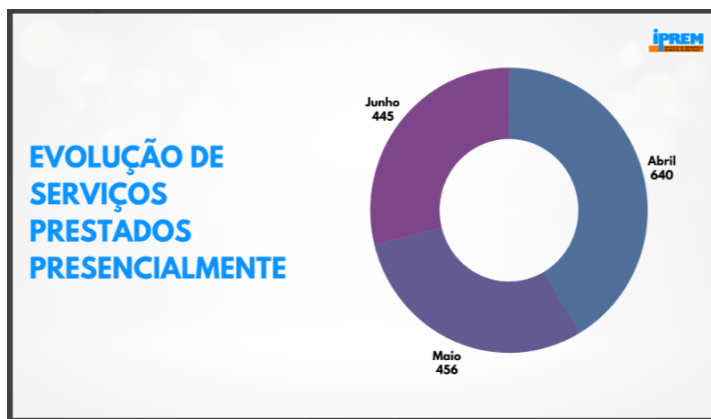
O e-mail manteve-se como o principal canal de atendimento, registrando aumento de 4.419 (quatro mil, quatrocentos e dezenove) para 5.842 (cinco mil, oitocentos e quarenta e dois) demandas, um crescimento de 32,2%, consolidando sua posição como o meio mais utilizado pelos cidadãos. Esse canal foi responsável pela maior parcela do aumento observado no período.

O atendimento presencial também apresentou evolução positiva, passando de 1.239 (mil duzentos e trinta e nove) para 1.541 (mil quinhentos e quarenta e um) atendimentos, o que representa um acréscimo de 24,4%. Esse resultado demonstra que, além da ampliação do uso dos canais digitais, houve crescimento da procura pelos serviços de forma presencial.

Em contrapartida, o atendimento telefônico apresentou uma pequena redução, passando de 2.594 (dois mil, quinhentos e noventa e quatro) para 2.511 (dois mil, quinhentos e onze) demandas, uma queda de 3,2%. Apesar dessa diminuição, permanece como o segundo canal mais utilizado.

Os canais de Ouvidoria e E-SIC registraram volumes reduzidos de manifestações. A Ouvidoria apresentou leve queda, de 4 (quatro) para 3 (três) registros, enquanto o E-SIC aumentou de 12 (doze) para 16 (dezesesseis) solicitações no período.

De modo geral, os resultados evidenciam o crescimento da demanda por atendimento no segundo trimestre de 2026, com destaque para a expansão do uso do canal de e-mail e para o aumento dos atendimentos presenciais, indicando maior procura pelos serviços disponibilizados pela instituição.





10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório apresenta os principais temas de gestão do IPREM e será disponibilizado para acesso público por meio do site do Instituto.

Foi elaborado a partir da colaboração das diversas áreas responsáveis envolvidas, que enviaram as informações constantes no relatório.

Em cada um dos itens analisados foi apresentado um conjunto de informações que permitem concluir que a Governança do IPREM está alinhada às boas práticas de governança corporativa, consegue evidenciar e deixar transparente os principais objetivos do Instituto e busca atender de forma eficiente aos requisitos apresentados pelo Manual do Pró-Gestão RPPS.